

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**Uma escritora silenciada: Por que levar as obras de Maria Firmina dos Reis
para a sala de aula da educação Básica?**

Valdeléia Maria dos Santos

2023



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**UMA ESCRITORA SILENCIADA: POR QUE LEVAR AS OBRAS DE
MARIA FIRMINA DOS REIS PARA A SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO
BÁSICA?**

VALDELÉIA MARIA DOS SANTOS

*Sob a Orientação do Professor
Aristóteles de Paula Berino*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/ Seção de Processamento Técnico

Ficha Catalográfica elaborada com os dados
Fornecidos pela autora

S237e Santos, Valdeléia Maria dos, 1967
Uma escritora silenciada: Por que levar as obras
de Maria Firmina dos Reis para a sala de aula da
Educação Básica? / Valdeléia Maria dos Santos.
– Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
79 f.

Orientador: Aristóteles de Paula Berino
Dissertação (Mestrado). - - Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, contextos contemporâneos e
Demandas Populares, 2023.

1. Trajetória. 2. Pioneirismo. 3. Educação Básica.
4. Invisibilidade. 5. Silenciamento. I. Berino,
Aristóteles de Paula, 1965 –, orient. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO N° 247 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.015717/2023-83

Seropédica-RJ, 16 de março de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

VALDELÉIA MARIA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/02/2023

Membros da banca:

ARISTOTELES DE PAULA BERINO, Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

FABIO SAMPAIO DE ALMEIDA, Dr. CEFET/RJ (Examinador Externo à Instituição).

ROSEMARY DOS SANTOS, Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 16/03/2023 20:53)
ARISTOTELES DE PAULA BERINO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1243695

(Assinado digitalmente em 17/03/2023 13:16)
ROSEMARY DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.462.917-64

(Assinado digitalmente em 16/03/2023 20:55)
FABIO SAMPAIO DE ALMEIDA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 085.063.597-75

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **247**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **16/03/2023** e o código de verificação: **01e87888ec**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, à minha família, aos meus professores, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Aristóteles de Paula Berino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois somente Ele nos dá forças para realizar todos os sonhos. Agradeço ao meu professor orientador: Prof. Dr. Aristóteles de Paula Berino, pela dedicação e boa vontade em me auxiliar nos momentos que necessitei.

“Através de organização de mobilização das massas femininas negras, adquirindo potencialmente a consciência de explorada, impondo nossos valores, fortalecendo os Movimentos Negros e Femininos e atuando em todos os Movimentos Sociais existentes, é que se dará a transformação, e a mulher negra emergirá lúcida, inteira. O efeito da anestesia está passando”.

Lea Garcia

RESUMO

SANTOS, Valdeléia Maria dos. **Uma escritora silenciada: Por que levar as obras de Maria Firmina dos Reis para a sala de aula da educação Básica?** 2023. 79p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Maria Firmina dos Reis foi uma professora e escritora maranhense do século XIX, que atualmente vem sendo reconhecida como uma das precursoras da literatura feminina e negra brasileira. Seu primeiro romance, *Úrsula*, publicado em 1859, revelou a face antiescravista da autora. O romance também inaugura a chamada literatura afro-brasileira, ou seja, a literatura de produção afrodescendente, que tem como temática a negritude a partir de sua própria perspectiva. Maria Firmina dos Reis também colaborou sistematicamente com a imprensa de São Luís, publicando uma série de textos e contos, além do livro de poesias intitulado *Cantos à beira-mar*, de 1887, retornando com mais força aos seus ideais abolicionistas. Apesar de ser oriunda das massas, a autora não se dirigia necessariamente a elas, encontrando na literatura uma forma de expressão política e artística. Pois, mesmo não tendo vivido como escrava, assistia de perto as mazelas da escravidão, o que evidência em boa parte de sua obra. Partindo desse entendimento, o presente trabalho teve como objetivo estudar os motivos silenciamento de Maria Firmina dos Reis, buscando evidenciar a importância de se levar a autora para as salas de aula em diferentes modalidades de ensino. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura, onde se buscou autores que explicassem o tardio reconhecimento de uma autora que debateu criticamente temáticas históricas e sociais, dentro de um universo literário que dialogou com seu tempo, contestando muitos aspectos da sociedade da sua época.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Apagamento. Desconhecimento. Preconceito.

ABSTRACT

SANTOS, Valdeléia Maria dos. **A silenced writer: Why take the works of Maria Firmina dos Reis to the Basic Education classroom?** 2023. 79p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Maria Firmina dos Reis was a teacher and writer from Maranhão of the 19th century, who is currently being recognized as one of the precursors of Brazilian women's and black literature. Her first novel, *Úrsula*, was published in 1859, revealing the author's anti-slavery face. The novel also inaugurates the so-called Afro-Brazilian literature, that is, the literature of Afro-descendant production, whose theme is blackness from its own perspective. Maria Firmina dos Reis also systematically collaborated with the São Luís press, publishing a series of texts and short stories, in addition to the book of poetry entitled *Cantos à Beira-Mar*, from 1887, returning more forcefully to her abolitionist ideals. Despite coming from the masses, the author did not necessarily address them, finding in literature a form of political and artistic expression. For, even though she did not live as a slave, she watched closely the ills of slavery, which is evident in much of her work. Based on this understanding, the present work aimed to study the reasons for silencing Maria Firmina dos Reis, seeking to highlight the importance of taking the author to classrooms in different teaching modalities. For that, a literature review was carried out, where authors were sought to explain the late recognition of an author who critically debated historical and social themes, within a literary universe that dialogued with her time, contesting many aspects of the society of her time.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Erasure. Unfamiliarity. Prejudice.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| | |
| CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DA POPULAÇÃO NEGRA NOS SÉCULOS XIX E XX | 14 |
| 1.1 A situação da população negra brasileira | 14 |
| 1.2 A resistência negra ao longo da história..... | 18 |
| 1.3 Discriminação e preconceito racial na atualidade | 23 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – MARIA FIRMINA DOS REIS ENFRENTANDO UM PAÍS PRECONCEITUOSO, RACISTA E SEXISTA | 30 |
| 2.1 Trajetória e obras de Maria Firmina dos Reis | 30 |
| 2.2 Maria Firmina dos Reis na sala de aula da Educação Básica | 37 |
| 2.3 Caminhos para acabar com a resistência: reflexões e possibilidades | 51 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – A OBRA-PRIMA DE MARIA FIRMINA DOS REIS..... | 60 |
| 3.1 Úrsula: um romance que tematiza a negritude pela perspectiva do negro | 60 |
| 3.2 Projeção de Maria Firmina na atualidade | 65 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 75 |

INTRODUÇÃO

Na infância, quando cursava as séries iniciais do Ensino Fundamental, não havia a variedade de livros infantil e infanto-juvenil, de autoria negra, como há nos dias atuais, nessa modalidade de ensino tão importante para formação e fluidez do leitor (a), a leitura e a diversidade de textos literários eram bem escassos, aos 12 anos li todos os livros de Monteiro Lobato, pai do Sítio do Picapau Amarelo, apesar de me divertir com o humor de suas histórias, a forma como o autor tratava Tia Nastácia me inquietava, pois as características fenotípicas da personagem eram parecidas com as minhas e mesmo pequena percebia que algo não estava certo, que os termos usados para tratar as pessoas negras machucavam e me faziam sentir envergonhada.

No magistério li bastante, a maioria autores homens e canônicos, mas não com o intuito de desenvolver o hábito e o prazer pela leitura, lia por obrigação, para fazer trabalhos e apresentar em seminários, fazer resenhas, resumos e fichamentos. Era uma tarefa enfadonha pouco prazerosa, mesmo assim, como na minha casa não tinha muitos livros, eu tentei tirar o máximo de proveito, pois o acervo da biblioteca do colégio normal era bem grande.

No curso de graduação em Pedagogia, tive contato com autores de literatura infantil e infanto-juvenil tais como Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Marina Colasanti, Bartolomeu Campos de Queirós, Ziraldo, Eva Furnari entre outros. Nenhum livro de autoria negra.

Por conta de um currículo eurocêntrico, engessado e exclusivista só tive contato com obras de autoras negras na fase adulta em cursos de Educação para Relações Étnicos Raciais e, atualmente, continuo lutando para preencher essa lacuna imensa, pois a literatura de autoria negra e feminina é muito densa e rica em temáticas interessantes e diversificadas, que ultrapassaram os limites da casa grande e da senzala, ou seja, são autoras que adotaram um novo ponto de vista, para contar a história do povo negro, dando voz e vez aos personagens negros(as) de forma significativa, colocando-os como protagonistas de suas próprias histórias e não somente como mero coadjuvantes ou fracassados.

Como aluna do curso de mestrado de Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas, PPGEduc, tive a oportunidade de participar do grupo de pesquisa FRECON. Sob o comando do professor orientador Aristóteles de Paula Berino, além de ter aprendido muito sobre Paulo Freire, um autor muito lido e estudado no curso de Pedagogia, embora as conversas girassem com todo mérito para esse reverenciado autor, não faltaram indicação de sugestões de leitura e de livros de autoras negras, que eu ainda não conhecia. Enquanto mulher negra, que lutou muito para

ingressar num curso de pós-graduação de qualidade, me sinto muito gratificada por ter tido o privilégio de pertencer a esse grupo e por ter adquirido tanto aprendizado e conhecimento.

Muito me alegra ter a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, como protagonista da minha dissertação de mestrado. Graduada em Pedagogia, professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Município de Vassouras, me enveredei para o caminho da literatura para pesquisar a trajetória de uma mulher que deveria estar no pedestal da historiografia literária nacional, em função do seu pioneirismo

Durante a minha trajetória de estudante só me foram exigidas leituras de autores brancos ou de autores negros já consagrados e canônicos como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Cruz e Souza, entre outros e, nenhuma mulher negra, em função do silenciamento, do apagamento histórico e da exclusão da historiografia literária brasileira, que pairam sobre elas, resultantes do descaso. A falta da presença de autoras negras na minha formação, me levou escolher um tema que tivesse como protagonista Maria Firmina dos Reis, uma escritora que me provocou inquietações e reflexões, primeiro, por ter sido a primeira mulher a escrever um livro de literatura afro-brasileira no Brasil e por abordar em suas obras algumas questões, que continuam impregnadas no imaginário social e nos deixa indignado sobre as condições precárias que homens e mulheres negros ainda vivem, fruto das desigualdades sociais, que foram tecidas no século XIX.

Diante desse contexto desfavorável, é importante indagar: Por que escolher Maria Firmina dos Reis? Fui impulsionada pela história de ousadia dessa autora subversiva, que rompeu barreiras impostas às mulheres de sua época e fez história ao escrever o primeiro livro com a temática afrodescendente, *Úrsula*, (1859). Considero pertinente buscar respostas que fossem plausíveis para averiguar se esse esquecimento se faz presente no espaço escolar e repensar até que ponto a invisibilidade contribui para o apagamento da autora e de suas obras.

O levantamento bibliográfico aponta que Maria Firmina dos Reis e suas obras estão silenciadas e sujeitas ao apagamento histórico. Autora do romance *Úrsula*, considerado o primeiro livro e o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil, um marco importante para a constituição da história afro-brasileira, mesmo com esse histórico, a autora ainda é pouco conhecida.

Nas palavras de Sandra Job (2011) o apagamento dos trabalhos e da própria história das mulheres negras passa por situações extremamente constrangedoras,

Essa autora pontua que a formação do cânone está nas mãos de grupos privilegiados, detentores do poder, dos discursos críticos e das instituições, o que justifica a ausência nos séculos passados de mulheres negras, os excêntricos, “os excluídos da lista canônica, ou seja, a

identidade cultural monopolizou ou monopoliza o poder social”, decidindo os discursos críticos, que são representantes das instituições, detentores do discurso que perpetuam o cânone, preferindo aqueles que consideram o oposto deles, normalmente homens, homens brancos, classe média ou alta, embora seja visível a presença de mulheres, a maioria branca nos discursos críticos e nas instituições, mesmo assim, poucas delas reproduzem o discurso eurocêntrico e androcêntrico.

A presença de mulheres na academia não significa que o novo, o diferente, a minoria, os excluídos, mesmo e quando esse novo, o diferente tem seus méritos intelectuais/profissionais (re)conhecidos, ainda assim, perpetua linha invisível, separando, mas raramente unindo os dois lados dos discursos sociais; o dominante x dominado, o que justifica a ausência nos séculos passados de mulheres, negros e negras nas instituições

Em função disso, a questão do cânone é bastante complexa, pois existe a tendência de reproduzir os trabalhos de autores(as) consagrados(as) e canonizadas (os), quase sempre a literatura produzida por homens brancos e por algumas mulheres brancas, muitas vezes o novo e o diferente podem causar estranheza. “As mulheres que ousaram escrever em tempos tão inóspitos, são exemplos de vozes que se manifestam contra dominação e a hegemonia masculina. (JOB, 2011, p. 30).

As obras da escritora Maria Firmina dos Reis não fazem parte do cânone literário brasileiro, pois os formuladores utilizam critérios estéticos bem rígidos, pautados na visão hegemônica e eurocêntrica, para definir o que é literatura de alto padrão, excluindo diversas vozes, diante dessa perspectiva pouco visionária, escritores (as) negras (as) acabam ficando fora da historiografia literária brasileira são invisibilizados, silenciados e condenados ao apagamento histórico.

Diante desse contexto plenamente desfavorável, Maria Firmina dos Reis conseguiu sobressair, ao invés de se conformar com a realidade que lhe era imposta, criou novas formas de vencer e inovar num meio seletivo, onde a hegemonia masculina era muito presente e dominante. No século XIX, as mulheres sofriam forte pressão e conviviam com as limitações que as impediam de circular nos lugares destinados aos homens e só restava o espaço do lar, onde viviam reclusas e oprimidas e tendo que seguir as regras injustas e discriminatórias e com isso perdiam a oportunidade de se emancipar, para realizar tarefas ou conquistar espaços considerados exclusivamente masculinos, e, com isso, tornar a sociedade mais plural e democrática

Zin (2019, p. 16) afirma que Maria Firmina dos Reis, por meio de suas ideias emancipadoras, apresenta uma infinidade de possibilidades para diferenciados modelos de

abordagem e de interpretação, em campos do conhecimento como ciências sociais e estudos literários, juntos e separadamente. Quando o leitor tem contato com seus textos e com seus pensamentos, de mulher da época do império, participante das atividades culturais maranhenses, logo se surpreende “com a determinação e o espírito aguerrido de uma mulher que, em pleno século XIX, revela sua sensibilidade artística através da força das palavras”.

Diante do acima exposto o presente trabalho teve como objetivo estudar os motivos silenciamento de Maria Firmina dos Reis, buscando evidenciar a importância de se levar a autora e suas obras para as salas de aula da educação básica.

O trabalho foi desenvolvido por meio de revisão de literatura, onde se buscou autores que dessem fundamentação ao objetivo proposto. Autores como Nascimento (2004), Munanga (2005), Santos (2009), Xavier (2011), Telles (2018), Zin (2018), Gonzalez (2020) entre outros.

O trabalho está divido em seis partes. A primeira é a Introdução onde são apresentados, os objetivos, as questões norteadoras, e a justificativa. O primeiro capítulo focou-se no problema da condição negra no Brasil, do século XIX até os dias atuais. Onde se apresentou as lutas dos negros por sua igualdade, e também os processos de discriminação e preconceito até hoje existentes no país.

O segundo capítulo discorreu sobre Maria Firmina dos Reis onde se traçou um perfil de sua trajetória humana e literária, e se descreveu sobre a importância de suas obras nas salas de aula, da Educação Básica.

O terceiro capítulo discorreu sobre a obra-prima de Maria Firmina dos Reis; o romance Úrsula, o capítulo apresentou também sua projeção nos dias de hoje, onde passou a ser reconhecida nos meios acadêmicos.

Na quinta parte do trabalho encontram-se as Considerações Finais, onde se apresentou uma síntese dos itens abordados no texto, fechando, assim, as questões levantadas na pesquisa. Nas Referências Bibliográficas estão representados os autores que deram embasamento para a realização da dissertação.

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DA POPULAÇÃO NEGRA NOS SÉCULOS XIX E XX

1.1 A situação da população negra brasileira no século XIX

“Parece que a população negra não tem história antes de chegar ao Brasil e durante o período em que foi escravizada, é clara a intenção de apagar da memória brasileira a luta histórica dos negros e negras para alcançarem a plena cidadania e a igualdade” (BRASIL, 2003).

A partir do momento da colonização do Brasil por Portugal, iniciou-se o processo de escravidão, e, após o fracasso na escravização dos povos indígenas do país, os portugueses começaram a trazer negros e negras africanos para que passassem a compor a mão de obra escrava da colônia (COSTA; AZEVEDO, 2016).

A escravidão negra durou mais de trezentos anos, no Brasil, representando ao longo desse período a base de sustentação da economia juntamente com a agricultura de exportação. De acordo com Andrews (1998, p. 53):

Esse modelo de assimilação do capital introduzido no Brasil demonstra o olhar do colonizador para o Novo Mundo, de suprir o mercado internacional com matérias-primas de menor custo, sendo a mão de obra escrava africana a principal fonte de trabalho barato. A consequência da introdução desses institutos na sociedade brasileira terá reflexos na contemporaneidade e possibilita entender sua dinâmica social.

O processo de escravidão no Brasil, assim como todos os processos de escravidão moderna, caracterizava-se pela apropriação do “esforço humano para objetivos mercantis determinados. O homem negro escravo era entendido como um bem mercantil” (FERNANDES, 2004, p. 366).

Nesse sentido, a condição de escravo fazia com que o indivíduo perdesse sua capacidade de escolher qual seria a sua participação na sociedade. Assim, a população negra representava tanto o próprio capital como um meio de acumulação deste. “A compreensão do negro como um trabalhador sem autonomia, portanto passível de compra, venda e troca, revela a feição cruel da colonização moderna”. O negro escravo era considerado uma coisa, pois era tratado apenas como meio, sem a menor autonomia de vontade e capacidade para determinar suas vontades. Assim, “a escravidão negra no Brasil caracterizou-se pelo conceito de homem enquanto objeto e pela relação de trabalho forçado” (FERNANDES, 2004, p. 367).

Prado (2005) pontua que esse tratamento de homem como coisa adotado no Brasil, revelava uma grande contradição com as ideias liberais de igualdade e liberdade que

começaram a vigorar no país a partir da década de 1820. O princípio liberal, que foi utilizado no discurso abalizador do Estado Brasileiro a partir do ano de 1822, quando a Colônia rompe com Portugal, modifica as instituições político-jurídicas brasileiras, no entanto, a estrutura escravista e senhorial foi mantida, mesmo com a Independência.

O Brasil império, também manteve essa dicotomia: escravidão e liberalismo econômico. No entanto, os ideais liberais dos direitos dos homens, defendidos pela Revolução Francesa, emergiram num nova ordem político-jurídica, o que tornou a contradição ainda mais evidente. Mas a princípio essa dicotomia não suscitou debates no país (PRADO, 2005).

A Carta Constitucional de 1824 proclamou direitos universais de igualdade, liberdade e dignidade, mas somente aos homens livres, garantindo a supremacia da minoria proprietária e branca, não se aplicando a cerca de 40% da população da época (ANDREWS, 1998).

Os negros, vítimas da captura colonial africana, ao chegarem ao Brasil eram automaticamente considerados escravos, assim como os seus descendentes, a não ser que conseguissem alforria. Na verdade, as dificuldades impostas para a sua obtenção eram tantas, que acabavam revelando o reconhecimento do direito à escravatura, envolvida numa série de mecanismos cujo objetivo era acabar com questionamentos sobre temas políticos-jurídicos (PRADO, 2005).

Assim, ao mesmo tempo que a Constituição garantia que o negro pudesse se tornar cidadão brasileiro, ou seja, tornar-se um sujeito de direitos, não existiam políticas públicas que efetivassem sua inclusão social numa sociedade estratificada por classes, mantendo-o na sua condição de subalternização e invisibilidade. Assim, mesmo o negro que conseguisse uma condição de homem livre (cidadão brasileiro) não tinha qualquer tipo de apoio para a sua inclusão social, ou seja, continuava marginalizado diante da dinâmica social, política e econômica da sociedade brasileira (FERNANDES, 2004).

Na segunda metade do século XIX ainda havia a dubiedade entre o sistema escravista e os princípios liberais, mas só que neste momento as ideias passaram a ser debatidas. Como o Estado Brasileiro poderia entrar num processo de modernização mantendo o sistema de escravidão? Eram muitas as pressões internacionais buscando o fim da escravidão brasileira, principalmente por parte dos ingleses, que devido à Revolução Industrial, precisava de mais consumidores para os seus produtos, que a mão de obra escrava negra não consumia (HANCHARD, 2001).

No entanto, havia um grande entrave, pois, o final da escravidão representava um sério problema socioeconômico, uma vez que a economia nacional estava toda fundamentada no trabalho escravo. O Brasil, estava muito aquém do processo industrial que acontecia na Europa,

tendo quase toda sua economia baseada na agricultura e na exportação, assim como na escravidão (HANCHARD, 2001).

A elite dominante e escravista brasileira, ao se deparar com o movimento crescente da abolição, e das pressões internacionais, e estando ciente de que não havia no país um modelo produtivo alternativo, começou a criar uma imagem da escravidão benéfica. “A expansão da imagem no mundo da boa escravidão ajudou a retardar a abolição no país”. Entretanto, essa imagem de uma escravidão boa e doce afrontava a realidade dos escravos, que “viviam às margens da dinâmica social: não estudavam, não tinham acesso a tratamento de saúde, não possuíam condições mínimas de dignidade e eram tratados de acordo com as vontades de seu dono” (HANCHARD, 2001, p. 66).

A elite brasileira ignorava e/ou tentava esconder a pobreza da sociedade escrava, desenvolvendo um discurso “falacioso do Brasil como democracia racial, com a finalidade de retardar o fim da escravidão” (HANCHARD, 2001, p.67).

Fernandes (2004) descreve que as relações sociais brasileiras sempre estiveram pautadas no critério racial. Foram muitas as teorias racialistas assim como as legislações que as acompanharam, criando e alicerçando as desigualdades inter-raciais. O discurso da inferioridade racial, que perdurou por séculos, produziu efeitos negativos com seu manto de verdade. O projeto nacional de embranquecimento, baseado na ideia de miscigenação seletiva, assim como o mito da democracia racial, também contribuíram negativamente para a construção da falsa imagem de relações raciais pacíficas.

O processo da abolição foi gradual, lento e difícil. E, à medida que a proximidade com a abolição foi aumentando, começou a crescer a imigração branca europeia, subsidiada ou não pelo governo. Dessa maneira, a mão de obra escrava passou a ser subjugada, mantendo a exclusão existente desde a época da colonização. A exclusão racial, ainda que não propagada, mostrou-se clara nas “legislações infraconstitucionais” (SEYFERTH, 2002, p. 31).

Ao mesmo tempo que o movimento pelo fim da escravidão ganhava força no Brasil, os movimentos de revolta dos escravos cresciam de maneira progressiva, passando a ter um significado relevante nesse contexto pró-abolição, fazendo com que a tema abolição se tornasse um centro de discussões políticas (PRADO, 2005).

Com a abolição, ou seja, com o fim da escravidão, acabou também o movimento abolicionista, pois não houve questionamentos sobre a situação dos negros, que se mantiveram inferiorizados e marginalizados socialmente, sem qualquer tipo de ajuda ou apoio governamental, ou dos seus ex-senhores (FERNANDES, 2004).

Mesmo com o final da escravidão a situação de apartação social do negro foi mantida, pois este ficou abandonado à própria sorte, sem ter nenhuma garantia econômica, assistencial ou de segurança. Para o Estado, com a abolição os ex-escravos passaram a ser responsáveis por si próprios, estando os ex-senhores desobrigados com eles (PRADO, 2005).

Os negros passaram a ter que concorrer com os imigrantes europeus no mercado de trabalho, não podendo assim, obter facilmente ocupação e disputar em situações iguais com homens que sempre foram livres, restando, assim, aos negros os trabalhos mais simplórios e de menor remuneração, onde não se exigia qualificações. Raros foram os negros admitidos em atividade de melhor remuneração, “geralmente eram as crias de família, ou os negros com alma de branco, demonstrando que a raça permanecia como um critério ocupacional entre as pessoas (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 59).

O final da escravidão trouxe para o negro uma mudança na sua situação jurídica, pois de escravo passou a ser homem livre, no entanto, não representou nenhum tipo de mudança estrutural dentro da sociedade. O indivíduo negro continuou nas mãos dos homens brancos, pois estes ainda detinham (e detém) a maioria das funções de controle e de poder, enquanto os negros continuaram a exercer funções manuais e domésticas. Batiste e Fernandes (2008, p. 63) descrevem que “em conexão com a desorganização do trabalho escravocrata, o negro foi parcialmente eliminado do mercado de trabalho, passando assim, a ocupar dentro da sociedade de classe, os extratos sociais mais vulneráveis”.

Observa-se, portanto, que a liberdade não garantiu ao negro a ocupação de boas atividades, ao contrário, conservando e aumentando sua situação de apartação social. Os ideais universais de igualdade e liberdade só lhes foram garantidos formalmente politicamente, mas não juridicamente, ou seja, foram promulgadas como direitos de todos, no entanto foram utilizadas como mecanismos de controle social, contribuindo para a manutenção das estruturas de desigualdades econômicas e sociais.

Esse é o período em que viveu Maria Firmina dos Reis, autora negra, retratada na presente pesquisa, que delineou os meandros da escravidão, e as condições sub-humanas a que estavam submetidos os negros brasileiros, fugindo assim, do ideal da boa escravidão, ou da omissão sobre o tema, adotado por muitos autores famosos da época.

1.2 A Resistência negra ao longo da história

Durante muitos anos, a historiografia adotou uma definição para a escravidão partindo de uma visão positivista, não considerando a existência de negociações entre escravos e seus senhores, enfatizando somente os atos de violência praticados pelos brancos que acabavam resultando na sujeição da população negra. Na realidade, a escravidão representa um período tenebroso, no entanto, não foi uma relação de via única, onde o senhor ordenava e o escravo obedecia. Atualmente a historiografia tem demonstrado vertentes bastante diferenciadas para o período escravocrata da América portuguesa (GORENDER, 2016).

Dentro deste entendimento, os escravos passaram a ser agentes da sua história, participando de maneira ativa do processo histórico/social em que estavam inseridos, deixando, assim, de serem agentes, como a historiografia tradicional sempre enfatizou. Nas palavras de Pereira (2015, p. 6): “Sempre se apresenta o negro como escravo, não como escravizado, como responsável pelo trabalho e não como construtor de riqueza, como conformado da sua condição de escravizado”. Assim, pode-se observar que os negros nunca foram entendidos como indivíduos que buscavam negociações, visando sua sobrevivência de maneira menos sofrida, buscando benefícios e alternativas para a sua liberdade.

Apesar dos muitos mecanismos de repressão utilizados para reprimir os negros, os cativos resistiram concretamente. Tal resistência não se vinculava apenas à violência, existia também numa perspectiva mais ideológica, ou seja, em negociações verbalizadas, onde um jogo de interesses iria beneficiar os dois lados: escravos e senhores (CARDOSO, 1979).

Constata-se em Pereira (2015, p.6) que:

A trajetória histórica de negros e negras sempre foi acompanhada de momentos de enfrentamentos, não se deu de maneira tranquila, as conquistas da população negra nunca foram cedidas, mas sim, alcançadas com muito suor e sangue, desde a fuga para os quilombos, a busca pelo emprego assalariado, o direito a organização política, o reconhecimento enquanto ser humano.

Mas a história que retrata essa luta e resistência ficou abolida por muitos anos dos livros escolares, e, mesmo hoje em dia, muitos docentes não recebem esse tipo de informação, por isso, o resgate da história do negro brasileiro, é muito importante porque na realidade é um resgate da própria história do Brasil, do seu povo e das relações étnico-raciais. Maria Firmina dos Reis, é assim, mais um exemplo desse apagamento e certo descaso com a cultura afro-brasileira.

De acordo com Fernandes (2004), os quilombos foram as primeiras experiências de luta da população brasileira, uma vez que todos os indivíduos envolvidos se encontravam em conflito com o sistema colonial, passando a enfrentar esse sistema opressivo por meio da criação de novas referências de vida, sociedade e economia.

Para Pereira (2015) a formação dos quilombos vem demonstrar que desde o início da colonização, os negros começaram a buscar meios de enfrentar a opressão e a exploração do sistema escravista, não ficando apáticos com a situação que lhes era impingida.

Observa-se, portanto, que desde a chegada dos negros no Brasil, houve grandes batalhas pela liberdade, pela conservação e preservação de sua cultura africana, pela igualdade de direitos e por direitos humanos, uma vez que, quanto maior for a consciência da população no que se refere aos seus direitos, maior será a sua busca pela igualdade social (PEREIRA; ARAÚJO, 2010).

Após a Abolição, conforme registrado anteriormente, milhares de negros e negras se viram libertos sem saber o que fazer com tal liberdade, já que não puderam contar com nenhum tipo de amparo do Estado, iniciando, dessa maneira, uma acirrada luta para conseguirem acesso aos bens e serviços e desfrutar de tudo o que o país oferecia e produzia (DOMINGUES, 2017).

Assim, objetivando enfrentar o preconceito e o racismo, que era amplamente explicado pelos discursos científicos da época, os negros começaram a fundar, no final do século XIX, organizações de caráter religioso e recreativo, tentando estabelecer maneiras de socialização com o mundo republicano livre, buscando sair da condição de coadjuvantes sociais para se tornarem mais participativos na sociedade brasileira, tentando, assim, por meio dessas organizações, atingirem a igualdade jurídica e social (PEREIRA; ARAÚJO, 2010).

A Revolta da Chibata revela um momento histórico da resistência negra, quando em 1910, o marujo negro, João Cândido, liderou uma oposição no porto da cidade do Rio de Janeiro, à maneira como os marinheiros eram tratados (DOMINGUES, 2017).

Um passo bastante relevante para a comunidade negra brasileira foi a organização, em 1829, do 1º Congresso da Mocidade Negra no Brasil, onde se discutiu a condição do negro brasileiro adotando-se uma postura política, onde os jovens negros tencionavam apresentar para a sociedade da época a real situação da população negra do Brasil, assim como debater meios de valorização desses sujeitos, partindo-se, principalmente da educação. Tal congresso, encontrou grande oposição da elite branca que dominava o país na época, que não admitia qualquer tipo de tentativa de organização política negra (PEREIRA, 2015).

Essa elite considerava que eram os negros os responsáveis por sua situação de penúria, pois não tinham competência, garra e condições intelectuais para conseguir melhorias de vida.

Pereira (2015, p. 37) destaca que o Jornal Folha da Manhã, de 1930, descrevia da seguinte forma a situação dos negros:

Os negros, debaixo do ponto de vista social, estão muito atrasados. A culpa desse atraso, - assegura-nos o nosso informante – cabe-lhes unicamente. Raramente se vê um preto de destaque. Consequência, talvez, da inercia que os caracteriza, arrastando a miséria duma vida por não saber enfrentá-la com impavidez.

Assim, a elite queria que os negros ficassem sempre numa espécie de gueto, à margem da sociedade. Os negros resistiam e continuavam buscando igualdade de direitos, criando jornais e agremiações negras. No entanto, esses jornais, naquele momento, eram lidos por um número muito reduzido de negros, uma vez que a população negra brasileira era constituída de muitos analfabetos, ou por indivíduos que não tinham hábito de ler jornais (BENTO, 2006).

Em 1931, surgiu em São Paulo, a Frente Negra Brasileira, uma associação de caráter benéfico e recreativo, que no ano de 1936, se transformou num partido político. No entanto, o presidente da época, Getúlio Vargas, promulgou um Decreto (Decreto 37/1937), que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, o que acabou ocasionando a sua extinção (BENTO, 2006).

Outra maneira interessante de processo de resistência foi a recriação da imprensa negra, que, na metade do século XX, conseguiu um apoio mais expressivo da população afrodescendente, difundindo as ideias que os redatores consideravam mais relevante para a vida cultural e social dos mesmos. Nessa trajetória histórica, pode-se também destacar o Teatro Experimental Negro (TEN – 1944-1968), criado no Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo trabalhar para a valorização social do negro brasileiro, “por meio da educação, da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 2004, p. 212).

O Teatro Experimental Negro, foi fundado por Abdias do Nascimento (1914-2011), ator, escritor, político e ativista dos direitos humanos e civis da população negra brasileira, nascido em Franca, São Paulo, sendo considerado até hoje como uma referência da resistência negra contra a discriminação e o preconceito. Abdias se tornou num ícone das lutas antirracistas brasileiras, através de sua militância no Movimento Social Negro e também dentro do Congresso Nacional (foi deputado federal de 1983 a 1987, e senador da república, 1997-1999, pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT) (LARKIN NASCIMENTO, 2014).

Outra personagem importante quando se refere na luta dos negros brasileiros nas décadas de 1940 e 1950, foi o sociólogo Clóvis Moura (1920-2003), que realizou muitos estudos, sob uma nova ótica, a respeito da escravidão no Brasil (PEREIRA, 2015).

Segundo Pereira (2015, p. 41):

As décadas de 1930-40 foram marcadamente importantes para a busca de referenciais para a população negra brasileira, uma vez que o Brasil entrou em conflito com a realidade étnica e com a realidade étnica que se organiza no mundo, principalmente na Europa dominada pelo fascismo e pelo nazismo.

No entanto, conforme pontua o autor acima citado, a resistência negra conseguiu vencer mais um desafio em sua trajetória histórica, “os negros apesar de toda a carga de discriminação, conseguiram se manter forte e politicamente ativos, na luta pela inserção da população negra, de fato, na sociedade brasileira” (PEREIRA, 2015, p. 41).

Nas décadas de 1950-60, os negros brasileiros basearam-se nas lutas dos negros dos Estados Unidos, como Martin Luther King e Malcolm X, que reivindicavam maiores espaços na sociedade, abrindo uma ampla luta contra a questão da discriminação e do racismo. Nesse período, diversas organizações negras foram criadas, como o Conselho Nacional das Mulheres Negras, com o intuito de se efetivar políticas públicas que inserissem o negro na sociedade em igualdade à etnia dominante (brancos). De acordo com Benedito (2009, p. 1):

O Departamento Feminino do TEM teve como responsável a Sra. Maria Nascimento, que fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras, composto por mulheres negras empregadas domésticas, em sua maioria. Transcrevemos alguns trechos do seu pronunciamento na noite da fundação, em 18 de junho de 1950. “A mulher negra sofre várias desvantagens sociais por causa de seu despreparo cultural, por causa da pobreza, pela ausência adequada de educação profissional. [...] O Conselho Nacional de Mulheres Negras terá um setor especializado em assuntos relativos à mulher e à infância. Esse departamento Feminino tem como objetivo lutar pela integração da mulher negra na vida social, pelo seu levantamento educacional cultural e econômico”.

Em 1954, foram criados o Balé Infantil do Teatro Experimental do Negro e também a Associação Cultural do Negro. Tais organizações buscavam a emancipação negra na sociedade, por meio da conquista de direitos de igualdade, não apenas jurídica, uma vez que esta era assegurada pela Constituição, mas também igualdade de fato, o que até hoje em dia continua sendo a maior bandeira das organizações negras (PEREIRA, 2015).

No período da Ditadura Militar o Brasil não admitia a ideia da existência do racismo na sociedade, a elite dominante procurou meios para defender a concepção de que as relações étnico-raciais nacionais, eram democráticas, amistosas e cordiais, desde os primórdios da escravidão. Tal ideia era combatida por intelectuais como Florestan Fernandes e Roger Batiste, que questionavam o modelo dessas relações no Brasil, buscando demonstrar que o modelo apresentado pela elite camuflava o preconceito e o racismo (SANTOS, 2009).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os negros resistiam bravamente e inspirados nos artistas americanos, lançaram no Brasil o movimento da Black Music, que logo foi alvo de suspeita dos militares, que vinham esse movimento como uma tentativa política dos negros. O autor complementa que o período da Ditadura Militar fez crescer e permanecer o racismo no Brasil, assim como ajudou muito na marginalização da população negra, devido principalmente ao empobrecimento dessa população. Somente no ano de 1980 que Abdias Nascimento (deputado federal) apresentou um projeto de lei com diversas ações afirmativas para a população negra, tentando estabelecer, oficialmente, uma legislação de reparação para os negros.

Em 1989, o deputado negro Carlos Alberto de Oliveira, conhecido com Caó, criou a Lei nº 7.716, que passou a definir o racismo como crime. No entanto, tem-se observado que muitas denúncias de racismo não acabam em instauração de inquéritos por causa da falta de provas ou da pouca vontade das autoridades policiais, que não se preocupam em oficializar e encaminhar essas denúncias (PEREIRA, 2015).

No ano de 1995, o Movimento Negro realizou a Marcha à Brasília, contando com 300 mil pessoas, que levaram ao presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, documentos, que resultaram no reconhecimento de Zumbi como herói negro, sendo uma das vitórias mais importante do Movimento, juntamente com a criminalização do racismo. O presidente criou também um Grupo de Trabalho interministerial para a valorização do povo negro (PEREIRA, 2015).

A Lei 10.639/2003, que estabeleceu as diretrizes e bases para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História da África, foi uma lei aprovada por meio de muitas lutas, privilegiando não somente a população negra, mas todas as etnias, uma vez que quando se valoriza a cultura do outro, todos podem se perceber parte dessa cultura, principalmente no Brasil, que é uma conjunção de etnias (SANTOS, 2009).

Destaca-se, no entanto, que mesmo nos dias de hoje, a História da África, da cultura africana e afro-brasileira não é trabalhada, ou quando trabalhada é feita de maneira adequada na maioria das escolas do país. A maioria dos professores não são formados com esse tipo de conhecimento (PEREIRA, 2015).

Observa-se que o Movimento Social Negro trouxe consigo uma enorme bandeira de luta contra o preconceito e o racismo, inaugurando fases importantes, direcionadas para a política e organização, buscando um maior fortalecimento, culminando com as lutas que até hoje são enfrentadas na contemporaneidade. Nas palavras de Gomes (2011, p. 41):

Cada uma dessas organizações viveu processos de tensão interna, contradições, conflitos assim como todas as ações emancipatórias, presentes nas sociedades. No entanto, podemos dizer que, a luta contra a escravidão, no passado, e a superação do racismo e da discriminação racial, no presente, são pontos comuns na história das populações negras organizadas no Brasil e na América Latina.

Maria Firmina dos Reis é exemplo de resistência e luta contra as desigualdades sociais, principalmente no período em que viveu, uma vez que a sociedade estava toda fundamentada num sistema escravocrata, desumano e desigual.

1.3 Discriminação e preconceito racial na atualidade

É possível perceber que as diferenças entre brancos e negros na sociedade brasileira são um legado histórico e podem ser evidenciadas no cotidiano e em diversos espaços, sobretudo no aspecto econômico, tais condições deixam a população negra em situação de vulnerabilidade extrema em todos os sentidos. O impacto é tão grande que os negros e sobretudo as mulheres negras encontram dificuldade para ingressarem no mercado de trabalho, ficando no patamar mais baixo da distribuição de renda, sem falar nas suas condições de moradia, que são precárias, além do acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2018).

Os jovens negros estão mais suscetíveis a todos os tipos de violência policial ou são maioria dentro do sistema prisional. Diversas matérias de jornais, revistas, baseadas em pesquisas evidenciaram que maior número de mortes proporcionalmente aos doentes na crise da Covid-19 era de negros.

Um estudo publicado nos Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) demonstrou através de dados demográficos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do IBGE de que maneira a população negra foi impactada de maneira desproporcional pelo Coronavírus (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 5).

De acordo como os resultados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2018, no que se refere ao mercado de trabalho, a situação é desvantajosa para homens e mulheres pretos e pardos. Baseados numa infinidade de dados sobre a educação da população preta e parda, a pesquisa ainda apontou que apresentou uma trajetória de melhora entre 2016 e 2018, sendo resultado do aumento do nível de escolaridade ao longo das gerações, também em função das políticas públicas de correção de fluxo escolar e ampliação do acesso à educação, iniciadas a partir dos anos de 1990, mas a desvantagem da população preta e parda em relação à branca permaneceu visível (BRASIL, 2018).

Numa pesquisa mais recente realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação 2019) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): apontaram que 71,7% dos jovens fora da escola são negros, e apenas 27,3% destes são brancos. O mesmo estudo demonstra a desigualdade e serve de parâmetro para sustentar que o preconceito e discriminação estão internalizados na sociedade brasileira atual e tem um efeito perverso sobre a população negra.

Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos (BRASIL, 2018.)

A pesquisa ainda revela que a trajetória escolar dos estudantes na faixa etária entre 14 a 29 anos, a maioria preto e pardos, é muito irregular e está relacionada a vários fatores como: a evasão escolar, o abandono e o analfabetismo. Milhares de alunos sequer conseguem chegar nessa etapa de ensino, aumentando o número de iletrados, para “pretos e pardos, a taxa é 5,3 p.p maior do que para brancos (8,9% e 3,6%)” (BRASIL 2018.).

Diante da realidade desfavorável da população negra, que vive em situação de segregação e de miserabilidade, as palavras de Gonzalez (2020) são emblemáticas, quando afirma que os negros estão “na lata do lixo da sociedade brasileira, pois essa é a lógica da dominação” (GONZALEZ, 2020, p. 242). Quando se tem a dominação, os dominados ficam encravados, são afetados pela exclusão e pela segregação e não encontram saída para melhorar sua condição de vida, que depende de políticas públicas de distribuição de renda e com isso, as desigualdades se acentuam e perpetuam no Brasil, que segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra (PNAD 2019), 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. A partir desses dados, é possível afirmar que metade da população é negra, porém, o que não resulta em vantagens, se comparadas com as condições de vida da população branca.

De acordo com Schawarcz (2018), atualmente, tem-se observado que pensamentos e situações que promovem a discriminação racial estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira, tal fato, está fortalecendo dia a dia o racismo estrutural.

O Brasil traz na sua história 300 anos de escravidão, sendo o último país da América a abolir esse regime tão desigual e desumano, permaneceu enraizando no inconsciente coletivo da sociedade brasileira, e, alimentado por pensamentos fascistas, axiomas que marginalizam os negros, impedindo-os de se constituírem como cidadãos plenos (SILVA, 2020).

Almeida (2018) pontua que o Brasil não superou esse pensamento desigual, pode-se dizer que o racismo nunca foi eliminado das relações brasileiras. O autor complementa que:

Referir-se ao racismo estrutural é não se limitar a manifestações de violência direta, mas ao racismo presente no funcionamento de instituições, no tratamento diferenciado a negros/as, na diferença salarial entre pessoas negras e brancas; no diferente acesso à educação, entre outros. Portanto, o racismo estrutural está no âmbito conjuntural da sociedade e se constitui como padrão de normalidade. Dessa forma, a desigualdade racial se constitui como estrutura normal na estrutura social (ALMEIDA, 2018, p. 27).

No cotidiano da sociedade brasileira frases e atitudes de cunho racistas e preconceituosa foram e ainda continuam naturalizados. Assim, por meio de piadas, gracejos, ou até mesmo de situações mais agressivas, a população negra é sempre o alvo e colocada numa situação vexatória, degradante, criminosa ou violenta.

Corroborando com as ideias, Madeira e Medeiros (2018), parece óbvio que desigualdade racial é um fato no Brasil, pois, historicamente, os negros estão inseridos nos mais baixos indicadores de bem-estar social. Exercem quase sempre atividades precárias e desvalorizadas, não possuem facilidades de acesso a direitos básicos e carregam consigo o estereótipo de inferioridade, resultado do racismo estrutural.

Ainda dentro deste entendimento Silva (2020, p. 84) considera que a sociedade brasileira ainda está marcada pelo sistema escravocrata, e, que embora os tratamentos desumanos contra a população negra não sejam mais legitimados, e esta seja concebida como cidadã, o que vem ocorrendo na realidade é muita desigualdade e uma série de violações de seus direitos, provenientes da própria dinâmica de produção capitalista e da reiteração do racismo. Por esse motivo, para as autoras, ao se tratar da “superação da desigualdade racial do Brasil também significa superar a vigente dinâmica de organização social”. Dentro do sistema capitalista não existe a disposição de condições iguais de vida para todos os cidadãos, neste sentido, a população negra tem sido a mais afetada. As manifestações veladas do racismo e o mito da democracia racial podem ser considerados como barreiras e/ou entraves para a superação dessa problemática.

No tocante à Educação, são muitos os desafios para os jovens concluírem sua formação sem interrupção e o racismo estrutural reproduz as desigualdades educacionais. As pesquisas mais recentes (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE), revela que os jovens negros enfrentam dificuldades para terminar o Ensino Médio e ingressarem no curso superior, restringindo o acesso desses aos bens e ao capital cultural que a sociedade dispõe, tornando um

privilegio da população branca. Enquanto os afrodescendentes estão expostos a situações vulnerabilidade e de risco de toda natureza.

Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (DCNs, 2004, p. 8)

A situação que mostra que a sociedade brasileira tem uma estrutura racista, preconceituosa e discriminatória em relação à sua população negra, que são renovados em tempos em tempos. O modelo de educação não tem sido inclusivo, mesmo que permita e até favoreça a entrada de todos (as) a escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. Os programas educacionais adotados no Brasil precisam desenvolver programas que reconheçam as diferenças e respeite-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos e todas, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade. (LOPES, 2005).

As avaliações externas nem sempre são condizentes com a realidade educacional de um país, com tamanhas desigualdades regionais, federais, estaduais e municipais. A partir das análises dos resultados podemos deduzir que são resultantes das disparidades educacionais, que na maioria das vezes é fruto da discriminação e do preconceito racial. Nesse sentido, a pesquisa de Bruel (2021) revelou que:

As desigualdades educacionais atingem de forma muito distinta estudantes que se autodeclaram brancos, negros (pretos e pardos), amarelos, indígenas. Estudantes que se autodeclaram brancos são os que apresentam a maior média na avaliação de Língua Portuguesa (296 pontos) com alto desvio padrão (51,2) o que pode indicar que a média mais elevada está acompanhada de grande dispersão entre os casos, ou seja, nem todos apresentam altas notas. (BRUEL,2021, p 2.)

Consideramos relevante que os professores precisam levar Maria Firmina dos Reis para a sala de aula, mas existe a necessidade de eliminar as barreiras provocadas pelo racismo estrutural, que contribuem para reforçar a evasão escolar, a repetência na etapa final da Educação Básica. Ao abandonarem os estudos, milhares de alunos (as) deixarão a escola, sem ter tido a oportunidade de conhecer a escritora e suas obras, reforçando o silenciamento e a invisibilidade.

Brasil foi o último país a abolir a escravatura no final do século XIX e início do século XX, os escravizados foram abandonados à própria sorte, nenhum projeto político de inclusão social foi elaborado para inserir os egressos do cativeiro na sociedade. (DANTAS 2016).

Muitas obras e instituições internalizaram o preconceito, a discriminação e disseminaram a ideia de democracia racial, que negros e brancos convivem harmoniosamente, que não existe racismo no Brasil e nem conflitos raciais. Constata-se em Michaliszyn (2014) que:

A extinção oficial da escravidão no Brasil ocorre somente no ano de 1888, quando a Princesa Isabel assina a Lei Áurea. Tal medida, porém não considerou as implicações que a liberdade trazia. Não previa, por exemplo, a empregabilidade dos escravos no novo regime de trabalho, sequer sua sobrevivência. O imaginário brasileiro ainda fortemente marcado pela imagem do negro escravo, o que provocou a manutenção do preconceito da discriminação étnica. (MICHALISZYN,2014, p.59)

A diferença de cor/raça se converte em desigualdade de desempenho associada ao problema histórico de racismo estrutural e institucional reproduzido pela sociedade e pela escola, que atua como instituição reproduutora da exclusão social. As desvantagens captadas pelas desigualdades entre as médias exigem que a escola assuma uma posição antirracista, desde a definição de políticas até a organização do currículo e a ação cotidiana. Não é possível tolerar o racismo, o preconceito, as práticas de discriminação. (BRUEL,2021).

Saber que o desempenho e o sucesso escolar dos alunos estão associados a cor/raça é um dado assustador para uma sociedade, que se diz democrática e que todas as pessoas são iguais perante a lei, mas que parece se importar muito pouco com as desigualdades raciais, que interferem na trajetória escolar dos alunos e alunas negros. (BRASIL, 2018).

Diante dessa perspectiva torna-se quase impossível combater e extinguir as injustiças sociais e as diferenças entre brancos e negros, porque a questão da problemática racial, além de crônica, não é atual e nem estática e se transforma e se reproduz de acordo com o tempo, pois está institucionalizada, como aponta Ianni (2004):

A questão racial parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificada, mas persistente. Esse é o enigma com o qual se defrontam uns e outros, intolerantes e tolerantes, discriminados e preconceituosos, segregados e arrogantes, subordinados e dominantes, todo mundo. Mais do que tudo isso, a questão social revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica na sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação. Vista assim, em perspectiva ampla, a história do mundo é também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade. Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as guerras religiosas, as desigualdades masculino-feminino, o contraponto da natureza a sociedade e as contradições de classes sociais, a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades como para cientistas sociais, filósofos e artistas. Uns e outros, com frequência, são desafiados a viver situações e/interpretá-las, sem alcançar explicação ou mesmo resolvê-las. São muito recorrentes as tensões e contradições polarizadas em termos de preconceitos, xenofobias,

etnicismos, segregacionismos ou racismos: multiplicadas ou reiteradas nos cursos dos anos, décadas e séculos, nos diferentes países (IANNI, 2004, p.1).

É interessante verificar que, a análise de Ianni (2004) apresenta um conjunto de razões que mostram a discriminação e o preconceito em suas diferentes formas, ultrapassam o limite do tempo e já estão enraizados no imaginário social e no nível institucional, se modificam de acordo transformações que ocorrem na sociedade em função de lutas e de movimentos sociais e políticos, mas mesmo assim são persistentes, porque funcionam como uma fábrica que produz e reproduz ao mesmo tempo em longa escala.

A discriminação e o preconceito racial estão enraizados nas instituições do mundo inteiro, a escola sendo parte da sociedade, não é neutra e também atua como reproduutora das desigualdades e até reforça preconceitos e estereótipos relacionados aos alunos e alunas, que podem ser difundidos nos livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, entretanto, muitos professores por falta de preparo ou por preconceito internalizados no seu imaginário não conseguem combatê-los no espaço escolar e na sala de aula.(MUNANGA, 2005).

Além disso, ao interromper sua trajetória educacional ao longo da Educação Básica acabam sendo excluídos, ocasionado as acintosas desigualdades educacionais e sociais, restando-lhes rariíssimas oportunidades. “Achar que no Brasil não há conflitos raciais diante da realidade violenta e desigual que nos é representada cotidianamente beira o delírio, a perversidade ou mais absoluta má fé” (ALMEIDA, 2019 p. 35))

A problemática da questão racial ainda é pouco trabalhada e discutida dentro da sala de aula. A Lei 10639/03, que é fruto das diversas manifestações dos movimentos negros, é considerada uma conquista, pois estabeleceu a obrigatoriedade de ensino dos conteúdos sobre a História da cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. No entanto, cabe aqui destacar que apesar de ser uma conquista importante, raramente é cumprida ou colocada em prática nas escolas públicas e privadas brasileiras. Quase sempre, o tema é tratado de forma superficial, ficando restrito a datas como dia Treze de maio ou Dia Nacional da Consciência Negra, onde o enfoque maior é o próprio período da escravidão, que retrata um negro passivo e subjugado. Sobre isso (LIMA,2005, p. 105-106) enfatiza que: “O problema não está em contar histórias de escravos, mas na abordagem do tema”.

Os conhecimentos dos personagens históricos são fundamentais para os estudantes afrodescendentes darem novos significados a sua história de vida e à cultura brasileira e ainda ajudam a desconstruir a ideologia do racismo presente em comportamentos extremados, em preconceitos sentidos e em discriminação manifestadas em relação aos alunos negros dentro e fora do espaço escolar. Porém, a simples abordagem de conteúdos não é suficiente. Sem uma

avaliação que coloque a representatividade, o racismo, a diversidade e outros temas em debates alinhados com sujeitos historicamente excluídos, sem se colocar a discussão das relações étnico-raciais no centro do processo de construção curricular. Sem esse tipo de debate inclusivo, a escola pode seguir sendo apenas mais um espaço de reprodução de desigualdade racial na educação, instigando inclusive situações e discussões violentas entre diferentes grupos raciais. (BRASIL,2006).

CAPÍTULO 2 – MARIA FIRMINA DOS REIS ENFRENTANDO UMA SOCIEDADE PRECONCEITUOSA, RACISTA E SEXISTA

2.1 Trajetória e obras de Maria Firmina dos Reis

Fazer um levantamento sobre a trajetória da escritora Maria Firmina dos Reis é bastante desafiador, pois se conhece pouco sobre sua vida e a sua obra. “Falar sobre Maria Firmina não é uma tarefa fácil, considerando as condições objetivas da época em que ela viveu. Tempo pródigo em escassez de fontes de registros” (ADLER, 2018, p. 21). A autora era mulher, pobre e negra, vivia numa sociedade patriarcal e escravocrata. De acordo com (MUZART, 2018, p. 26), Maria Firmina deixou um álbum de recordações publicado por Nascimento Filho, que os reuniu numa coletânea de textos em 1975, que talvez tenham sido escritos, a partir de 1853, data de seu primeiro texto, pois não tem certeza de qual foi sua primeira obra. A publicação não estava completa e só contempla uma parte dos manuscritos da autora, deixados com seu filho adotivo sr. Leude Guimarães e foram furtados dele durante um assalto, num quarto de hotel, onde estava hospedado, ele relatou ao pesquisador Morais, que provavelmente as circunstâncias, resultaram no silenciamento de Maria Firmina dos Reis. Suas obras foram recuperadas do limbo da memória brasileira, através de dois pesquisadores, Antônio de Oliveira e Nascimento Morais Filho, são os responsáveis pela ressurreição literária da autora. (MONTELLO, 2018, p. 15).

Hoje em virtude do Movimento Negro, há um renascimento dos estudos sobre a narrativa de Maria Firmina, mas isso também se deve à linha de pesquisa “mulher e Literatura” do Grupo de trabalho “A mulher na literatura da ANPOLL, que realizou um trabalho de resgate importante em torno das escritoras do século XIX. Ao lado do crescimento de associações negras, organizações não governamentais (ONG’s) e movimento de resistência, há também o aparecimento de uma intelectualidade negra e o surgimento de periódicos e livros que vão fazendo surgir a produção literária dessa intelectualidade (MUZART, 2018, p.24,25)

Maria Firmina dos Reis nasceu na Ilha de São Luís, capital do Maranhão, em 11 de março de 1822. Foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis, filha de pai negro e de mãe branca. Aos cinco anos de idade ficou órfã e mudou-se com sua mãe para Vila de São José de Guimarães, município de Viamão, situado no continente, separado pela baia de São Marcos. Viveu a maior parte de sua vida na casa de Henriqueta dos Reis, tia materna, que tinha boas condições financeiras e prima do jornalista, poeta e escritor Sotero Reis, certamente contribuíram para a formação cultural e intelectual da escritora

Em 11 de agosto de 1847, aos vinte e dois anos participou de um concurso público estadual para concorrer a vaga de professora primária em Guimarães e foi aprovada. Mesmo jovem, já tinha consciência da残酷 e dos males provocados pela escravidão. Na noite em que iria tomar posse, sua mãe Leonor Reis contratou um palanquim, espécie de liteira, que as pessoas ricas usavam para serem transportadas, e os escravos eram os condutores, para que a filha fosse carregada e Maria Firmina recusou dizendo: Negro não é animal para ir montado nele. E foi a pé. Exerceu a carreira do magistério durante trinta e cinco anos, de 1847 a 1881 (FURTADO, 2017, p.11). Em 1859, publica sua obra mais conhecida o romance *Úrsula*, sob pseudônimo, uma maranhense, o primeiro romance abolicionista escrito por uma brasileira, esse romance foi descoberto em 1962, em um sebo no Rio de Janeiro, por Horácio de Almeida (MUZART, 2018).

Em 1859 é publicado, São Luís do Maranhão, romance *Úrsula*, por Maria Firmina dos Reis, poetisa, ativista das causas educacionais, e jornalista. Isto não é pouco quando consideramos que a autora em questão é mulher, pobre, negra e habita um universo marcadamente masculino, patriarcal – a sociedade nordestina (MONTEIRO, 2009, p.1).

Dez anos após o aparecimento do livro *Úrsula*, foi publicado o segundo romance abordando a escravidão, “As vítimas algozes”, de Joaquim Manoel de Macedo. Bernardo Guimarães, autor do clássico *Isaura*. Maria Firmina se dedicou a função de professora até se aposentar em 1881. Horácio de Almeida, biógrafo da autora, ao ouvir os depoimentos dos ex-alunos da autora, disse que ela falava manso, quando precisava chamá-los atenção, não aplicava castigos corporais, normais naquela época. Apesar da baixa remuneração, Reis adotou muitos filhos e se dedicou aos numerosos afilhados. Não se casou e nem teve filhos biológicos.

Em 1880, já aposentada, aos cinquenta e cinco anos, Maria Firmina dos Reis fundou no povoado de Maçaricó, a poucos quilômetros da vila de Guimarães uma escola mista e gratuita para meninos e meninas. As aulas eram ministradas num barracão, um feito impensável para a época, além da ousadia, mostrou-se revolucionária para o contexto histórico em que vivia, escandalizou os habitantes da cidade, porque não era comum meninos e meninas estudarem juntos numa mesma turma, depois de dois anos e meio de funcionamento, teve que fechar a escola devidas as pressões dos que não concordavam com essa façanha, isso nos dar uma ideia de como era o pensamento da sociedade daquele período e do pensamento subversivo de Maria Firmina dos Reis, num contexto em que os homens e mulheres recebiam educação distintas. “Era uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880” (FURTADO, 2017, p. 10).

Maria Firmina dos Reis publicou poesia, prosa poética, romance, contos, novelas, crônicas, enigmas e charadas; em jornais, jornais literários, revistas, almanaque e livro; atuando também como folclorista, compositora musical e escritora de diário, além de dedicar-se à pesquisa e ao ensino. A diversidade de sua produção nos inspira a pensar nosso fazer intelectual múltiplo, nem sempre centrado unicamente na academia (FURTADO, 2017, p. 11).

Maria Firmina fundou uma das primeiras escolas mista, gratuita do país, além de ser uma ousadia, demonstra o quanto ela estava à frente de seu tempo, ou seja, suas ideias eram avançadas para a época, pois se preocupava com a educação dos mais jovens e das mulheres, essa preocupação também foi demonstrada em seu livro *Úrsula*, quando pediu desculpas pela educação acanhada que tivera, uma vez que, naquela sociedade patriarcal e machista não havia nenhum comprometimento com a instrução das mulheres, enquanto os filhos dos senhores eram mandados para o exterior para estudarem nas melhores universidades da Europa. As mulheres eram educadas para permanecerem dentro de casa realizando tarela tipicamente femininas, eram educadas para casarem e terem filhos. “Se levarmos em conta o tipo de educação que recebiam as meninas do século XIX: leitura, como o objetivo religioso, bordado, piano e para algumas o ensino do francês, língua da sociedade” (MUZART, 2018, p. 24). Percebe-se que mesmo não tendo muitas oportunidades e condições financeiras, Maria Firmina dos Reis desafiou as regras para realizar suas vontades e desejos.

Em 1881, Maria Firmina continuou ensinando os filhos de lavradores e de fazendeiros do povoado de Maçaricó sem perder sua vocação de educadora do ensino das primeiras letras. O mais interessante e que todas as crianças estudavam juntas na mesma turma sem distinção de classe social (FURTADO, 2017, p.10,11).

Maria Firmina não teve dificuldade em passar no concurso público para lecionar nas primeiras letras, mas teve que esperar muito para publicar seu primeiro livro. O romance *Úrsula*, publicado em 1859, escrito com pseudônimo, “uma maranhense” considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil, e para outros é a primeira autora do primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina. Sendo anterior, portanto, ao famoso romance de Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura* (MUZART, 2018, p. 28).

Muzart (2018, p. 32) enfatiza que:

A autora escreveu de acordo com a consciência da época. E conferiu grande importância às personagens negras escravas, além de uma forte voz à escrava Mãe Susana, que e quem vai falar das memórias de sua Amada África, uma terra de liberdade. Autores com Maria Firmina dos Reis e Cruz e Sousa lançam apaixonados libelos, Firmina por dar voz aos oprimidos como Mãe Susana e Túlio e Sousa traz em sua poesia e em sua narrativa ou texto sobre o abolicionismo, fala de si próprio.

Ainda segundo a autora, ao se ler os textos de mulheres negras constata que predomina e a literatura de testemunho, ao contrário de Maria Firmina dos Reis, que ao denunciar os males da escravidão, concedendo voz e vez ao negro, por isso, tornou-se pioneira, considerada a primeira escritora “que tratou os personagens escravizados de suas obras com humanidade, todos tinham seu lugar de fala, apesar da opressão e dos maus tratos, levando em consideração que estávamos em pleno século XIX, uma façanha para época” (MUZART, 2018, p. 33).

São textos que apresentam uma experiência de marginalização e exclusão social, assim, quando são estudados deve-se ter “sempre em mente essas razões profundas para não os julgar pelo estilo, pela preocupação estética; São os textos primeiros, os desbravadores” (MUZART, 2018, p.34).

O silenciamento, que deixou Maria Firmina no esquecimento durante décadas é decorrente de vários fatores, dentre estes pode-se destacar sua condição de mulher, negra, pobre, que não teve uma formação erudita, nas melhores universidades europeias, fazendo com que muitos vissem sua obra como um mero folhetim, sem o estilo e a estética dos escritores renomados que faziam parte do cânone literário brasileiro (DUARTE, 2018).

Ainda assim, rompeu as barreiras e os limites impostos as mulheres, que tinha o lar como espaço demarcado e colaborou com seus escritos para diversos jornais e sempre denunciando os horrores da escravidão em suas obras, principalmente no Conto a Escrava, publicado na Revista Maranhense em outubro de 1887. Escreveu poesias, charadas e crônicas encomendas pelos jornais e seminários literários. Constata-se em Duarte (2018, p. 56) que:

Ao contrário do tom ufanista que marca o nacionalismo patriótico presente na maioria dos escritos da época – de que são exemplos as obras de José de Alencar e Gonçalves Dias -, Maria Firmina articula de forma crítica as ações do enredo, de modo a destacar os personagens negros e a condenar explicitamente a escravidão em lugar de colocar o senhor de escravos como herói, faz dele o vilão.

Na maioria das obras que retrata a escravidão, a senzala onde acontecia as maiores atrocidades é usada como cenário, os personagens negros não têm o seu lugar de fala, são pessoas sofridas, que suportam em silêncio o sofrimento, a dor, a humilhação, a violência exacerbada, o trabalho forçado, cuja função é explorá-los até exaustão como se não fossem humanos, a falta de humanidade dava entender que eles, não possuíam uma família e nem um passado repleto de memórias, já que foram obrigados deixar tudo para trás em terras africanas, enquanto os senhores são os heróis, que lutam para conter a rebeldia dos escravos, usando chibatas, xingamentos racistas e preconceituosos, fazendo deles seres animalescos. Na

percepção deles tão natural. E Maria Firmina tornou-se uma pioneira, porque os personagens do romance Úrsula e do conto a escrava tem memória e falam por si próprios, de como é ser negro numa sociedade patriarcal e escravocrata (FURTADO, 2017).

Além do romance Úrsula, a autora publicou outras obras e mostrou muita ativa e produtiva, apesar das objeções da época em que viveu, buscou estratégias para ocupar e encontrar espaço na sociedade e um lugar diferente do que já estavam socialmente estabelecidos para as mulheres de seu tempo, que era permanecer restrita ao lar, cuidando dos afazeres domésticos.

A ousadia de Maria Firmina dos Reis possibilitou a publicação das seguintes obras: Gupeva (1861), romance indianista; Cantos à beira-mar (1871), livro de poesia, A escrava, conto publicado em 1887, na Revista Maranhense. Também escreveu, Literatura de Cordel, Memórias e composições musicais (PAIVA,2018, p.159).

Paiva (2018, p. 159) complementa ainda que “três estratégias podem ser reconhecidas historicamente nessa busca por sair na porta da sala de casa e transitar pelo espaço público da sociedade: a literatura, a imprensa e a educação”.

E Maria Firmina conseguiu romper as barreiras que sociedade impunham ao sexo feminino, que excluía ou limitava a presença das mulheres na vida cultural, porque os papéis eram bem definidos em conformidade com o contexto social da época. Reis atuou intensamente na imprensa maranhense, se mostrou produtiva e teve uma participação ativa num espaço, majoritariamente masculino, conseguiu penetrar num universo onde os homens brancos dominavam, ditavam as regras e tinham lugar garantindo nos espaços públicos, e as mulheres não podiam circular. De acordo com Zin (2019.p. 23) “a trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, bem como o conjunto de sua biografia, pode ser considerada bastante incomum se a compararmos com a dos demais escritores e personagem de seu tempo”.

Ao pensar nisso, será possível perceber o quanto a escritora foi subversiva ao enfrentar com veemência, a violência, o autoritarismo e as mazelas de uma sociedade patriarcal, onde a elite branca e masculina ditava as regras e fazia prevalecer os valores eurocêntricos. Ser mulher e negra não era fácil e continua não sendo, as diferenças provocadas por gênero e raça constituem nas desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e negras. No século XIX, as mulheres negras eram subordinadas ao domínio dos homens e das mulheres brancas. Até nos dias atuais as representações relacionadas as essas questões são utilizadas para discriminar e rebaixar a população negra, sobretudo as mulheres negras. E podemos perceber isso ao longo da narrativa do livro Úrsula, como as condições das mulheres brancas, dos negros e negras eram expostas.

De acordo com opiniões meio apressadas a “mãe preta” representava o tipo acabado de negra acomodada, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu de maneira mais cristã, oferecendo a face ao inimigo. Acho que não dar para aceitar isso como verdadeiro, sobretudo quando se leva em conta que sua realidade foi vivida com muita dor e humilhação. E justamente por isso não pode deixar que a “mãe preta” também desenvolveu as suas formas de resistência: a resistência passiva, cuja dinâmica deve ser encarada com mais profundidade. (GONZALEZ, 2020, p.198).

Atribuir conceitos negativos ao feminino é uma prática comum em nossa sociedade. Considerando o papel da “mãe preta” no período da escravidão, em que as mulheres negras eram impedidas de amamentar os próprios filhos, para amamentarem os filhos da “senhorinha”, na situação ao qual estavam submetidas, eram vistas como subordiadas e não como uma mulher, que tinha família e filhos, filhos, que muitas vezes eram vendidos como escravos ainda pequenos. Ninguém se importava com sua dor e com sua luta de mulher negra, que clamava por liberdade e que desejava ser tratada com humanidade, mas sofria com a violência e com os castigos por ser negra.

Segundo Gonzalez, 2020, p.199, a situação da mulher na atualidade, não difere muito da sociedade escravocrata, a mulher por ser negra e mulher é vítima de dois tipos de desigualdades, que a deixa no setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Praticamente, exerce a função de escrava mais moderna, sendo mucama, da escrava de ganho, enquanto mãe e companheira continuam sozinhas, a lutar pelo sustento da família, enquanto o companheiro, vítima da violência policial está morto ou preso, desempregado, ou sofre de alcoolismo. Na era moderna, as condições da mulher negra e muito precária, permanece excluída, desempenhando papéis subalternizados. Não foi por acaso, que Maria Firmina passou um século esquecida, apesar de ter superado vários obstáculos de sua época, provavelmente teve uma trajetória mais árdua em decorrência de sua situação de mulher, negra e pobre.

A gente viu que o racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas da nossa estrutura familiar. Mas como é que esse racismo funciona na cabeça da gente e dos outros. Como é que se sente no dia a dia? De que maneira as mulheres e os homens brancos transam com a gente? E os negros? Qual tem sido o nosso papel na família e na comunidade na qual pertencemos? (GONZALEZ, 2020, p. 201).

Após essas indagações enfáticas e contundentes pode-se afirmar que a raça exerce um papel muito ativo na vida das mulheres negras, e traz implicações negativas e desfavoráveis em quase todos os setores, causando as monstruosas desigualdades, a mas ainda luta por questões

vitais e necessárias como empregos e salários dignos, condições de moradia, educação de qualidade e uma infinidade de outras benesses , sem esquecer o fato que a escravidão moderna é tão cruel quanto a escravidão do século XIX, pois deixa marcas profundas, que são visíveis por toda parte e muitas vezes são naturalizadas, a culpa recai sobre a população negra, pois circula no imaginário social, que os negros são preguiçosos, indolentes e violentos, que se encontram na situação de penúria e miséria porque não se esforçam, pois poucos percebem as diferenças entre brancos negros, que resultam em desvantagens, sobretudo para as mulheres.

Maria Firmina dos Reis viveu num contexto estrutural masculinizado e sabe-se lá como, rompeu as barreiras, e conseguiu *penetrar no círculo mais influente de sua época*, (Marra, 2018, p.239), as mulheres eram pressionadas a levar um estilo de vida mais recatado, era tirada de circulação e ficava reclusa dentro de casa e para uma mulher negra, provavelmente, a situação era mais desfavorável e degradante, no seu Livro Úrsula , a escritora já tratava da relação de gênero e de raça, ao abordar na sua narrativa, a forte influência do poder hegemônico que o homem branco, rico e poderoso exercia sobre a mulher e os negros, vistos e tidos como propriedades, o “encarceramento” de ambos são exemplos de tempo difíceis e de exclusão. Toda opressão que os personagens sofriam devido a sua condição submissa e de escravizados foi exposto, é possível estabelecer as relações entre o que já aconteceu e o que acontece agora, a história mudou, mas continua se repetindo de um jeito diferente, se reproduzindo e atingindo um determinado segmento da população com uma força. São situações aparentemente banais, mas importantes para perceber que há muitas respostas, que explicam um determinado contexto. Nas palavras de Job (2021 p. 65) “ Maria Firmina antecipou o que viria a se tornar uma das bases do pensamento feminista, isto é, a experiência/prática como um caminho viável e frutífero para promover debates/teorias sobre o feminismo negro”.

Sendo assim, é possível afirmar que ao ser considerada uma das bases do pensamento feminista, Maria Firmina teve um papel expoente na sua escrita literária, corajosamente, expôs no livro Úrsula e no conto A Escrava a situação em que as mulheres e os negros estavam inseridos e deu voz e voz aos personagens para exporem suas condições de vida. Sabe-se que o feminismo negro, cuja protagonistas são as mulheres negras, por isso, é de extrema relevância para esse segmento da população, que ainda são penalizadas e oprimidas com a desigualdade de gênero e de raça.

2.2 Maria Firmina dos Reis na sala de aula da Educação Básica

Antes de analisarmos a importância de se levar Maria Firmina para a sala de aula, torna-se necessário discorrer sobre a representação do negro na literatura brasileira.

Segundo Lajolo (2001), de modo geral, os escritores pertencem a classe burguesa branca, masculina e bem alfabetizada. Sendo assim, eles reproduzem em suas narrativas padrões socioculturais que existem a séculos e dessa forma demarcam a identidade dos sujeitos, a exemplo das mulheres negras. Muitos autores podem contribuir para construção e/ou manutenção de estereótipos, aumentando a opressão e as barreiras na trajetória de vida dessas mulheres em seu cotidiano, além de deixá-las vulneráveis e em desvantagem não só em relação ao homem branco/negro, mas também em relação as mulheres brancas na produção literária nacional.

Campos (2006), afirma que resultou da construção de escritores brancos, que delimitou espaços e as funções socialmente atribuídas as mulheres brancas, pardas e negras a partir da visão do imaginário masculino eurodescendente e de acordo com os interesses hegemônicos desse grupo, não só nas relações entre gênero, mas também na esfera econômica, que gera a dependência da mulher ao homem e a marginalização dela no espaço público e principalmente no poder. Autores como Costa (1996), diz que a sociedade brasileira ainda preserva resquícios da cultura patriarcal/colonial.

De acordo com Vasconcelos (2018, p. 120), esse tipo de literatura “aguça o valor de objeto da mulher mestiça, aproveitadas ao consumo erótico e às cozinhas, enquanto reservava às de pele negra, o excesso de trabalho, a invisibilidade ou marginalidade social”. A autora complementa que:

Todas essas personagens, a mestiça apetitosa e estéril, a negra como um animal de carga e a mãe preta servil atendem ao desejo do imaginário patriarcal, embalam com rebolado ou balanço de rede a leitura confortável do consumidor de mulheres, sobretudo o homem branco. São mulheres afrodescendentes de quem se roubou o ninho, a escolha por suas próprias maternidades. Elas estão fartamente representadas e fixadas na imaginação brasileira, como para justificar a continuidade do assalto a esse direito quando, na nossa realidade contemporânea, continuamos aceitando a ideia de objeto consumível emprestado às jovens afrodescendentes ou quando matamos seus filhos, tragados pela miséria e pela violência racista (VASCONCELOS, 2018, p.120).

Essas representações estereotipadas do negro na literatura, que resultou e resulta em desvantagens para a construção da identidade e da autoimagem positiva da população negra,

transformam em desvantagens, por isso, é relevante levar uma autora como Maria Firmina dos Reis para a sala de aula e buscar estratégias para valorização da diversidade étnica e cultural.

Quando os alunos brancos e negros têm contato com os personagens negros da literatura brasileira eles se sentem valorizados, do contrário, quando aparecem de forma negativa, só contribui para acentuar a discriminação, os preconceitos e os estereótipos.

A literatura além de expressar as características hegemônicas da sociedade brasileira é antes de tudo uma prática social, que teve e continua tendo enorme relevância na construção de conhecimentos e na formação cultural de homens e mulheres de diferentes grupos etários e contextos históricos.

De acordo com Job (2011, p. 93), a literatura brasileira, igualmente às outras literaturas “podem ser consideradas uma forma de cultura, incluindo particularidades próprias na sua forma de expressar e apresentar os problemas vividos por mulheres e homens negros, oriundos de uma sociedade racista, sexista como a brasileira”.

Vale ressaltar que a literatura sempre foi um instrumento utilizado pela escola e pelos outros órgãos oficiais para difundir a língua, costumes, hábitos caracterizados de uma determinada sociedade. Nesse sentido a literatura é extremamente importante na formação escolar e está presente em todos os níveis da educação básica, seja na Literatura Infantil, seja enquanto história da literatura nacional, os textos literários vão compor um acervo de formação dos indivíduos. E, conforme apresentado anteriormente, a população negra, nem sempre é devidamente representada de forma positiva em diferentes espaços.

Maria Firmina dos Reis dedicou metade de sua existência ao magistério, professora das primeiras letras, num período em que a Educação excluía os negros e as mulheres, que de acordo com a autora recebiam ‘uma educação freática’, com base nos princípios cristãos da época, cujos ensinamentos estavam voltados para os afazeres domésticos e para o aprendizado de trabalhos manuais. A mulher era educada para ser esposa e mãe. (PAIVA, 2018, p. 165). Enquanto os homens de descendência europeia, filhos das classes mais abastadas buscavam formação fora do país, sobretudo em Portugal, autodidata, Reis não teve essa oportunidade e chegou a expressar isso no livro *Úrsula* ao pedir desculpas ao leitor por sua educação acanhada.

Sei que pouco vale este romance porque escrito por uma mulher, mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato na conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouca lida, o seu cabedal intelectual e quase nulo. (REIS, 2017, p. 118).

Ao se fazer uma análise sociológica da sociedade brasileira ao longo do século XIX e das mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e baseando-se em dados de pesquisas, vaise se observar que a narrativa de Maria Firmina dos Reis, em relação a questão do povo negro é atualizada de tempos em tempos, a exclusão pode ser percebida em diferentes espaços, apesar de algumas conquistas obtidas através das lutas e das reivindicações dos movimentos negros, as desigualdades educacionais e sociais entre brancos e negros, são alarmantes e ficaram mais escancaradas durante a pandemia do COVID 19.

Reprovação, abandono do ensino e distorção entre idade e série escolar são problemas recorrentes no cenário educacional brasileiro. Com a pandemia da Covid-19, essa realidade foi acentuada e disparidade socioeconômica do país pareceu mais evidente

O ensino remoto ou híbrido deixou visível as desigualdades educacionais existentes no Brasil, muito em função do histórico dos mais de trezentos e oitenta e oito anos de escravidão, a mais longa da história da humanidade, desde então, os negros encontram-se em situação de vulnerabilidade, a falta de acesso à internet e de aparato tecnológico impediram que crianças e adolescentes negros e negras tivessem acesso ao ensino, fazendo com que milhares ficassem sem qualquer tipo de atividade pedagógica, fato que contribui para a perpetuação e a consolidação das desigualdades sociais e raciais (SOARES e ROCHA, 2020);

De acordo com Soares e Rocha 2020), cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso à educação no período da pandemia. O número de alunos na faixa etária entre 6 e 17 anos, que abandonaram a escola foi de 1,38 milhão, ou seja, 3,8% dos estudantes. Acrescentado a esse percentual de 4,12 milhões, embora matriculados e fora do período de férias não receberam nenhuma atividade durante o ensino híbrido ou online. Os políticos e os próprios cidadãos deveriam se envergonhar dessa triste realidade da educação brasileira, totalmente seletista e excluente.

Outro aspecto intimamente relacionado com o anteriormente mencionado é momento político que o Brasil atravessa, de desmonte da educação pública e das decisões e ações estapafúrdias do governo negacionista, que também foi omisso com a Educação durante a pandemia do COVID 19, vários ministros totalmente leigos e descompromissados assumiram a pasta do Ministério da Educação, agravando a crise; milhares de estudantes brasileiros continuam recebendo uma educação acanhada, de baixa qualidade, porque está sendo sucateada para atender aos interesses privatistas e neoliberal.

O que falar da educação? Que projeto temos para esta pasta, cujos critérios utilizados para a escolha de seus dirigentes estão longe de ser técnicos? Não parece ser por acaso que a educação é onde o governo tem batido mais fortemente com seu discurso

ideológico.... Há muito por se fazer na educação, mas nada justifica o retrocesso à escuridão da ignorância. Além do caráter fortemente ideológico, somos ainda surpreendidos com cortes profundos nos últimos anos e que continua sendo apresentado para o orçamento de 2021 para a educação. Ou seja, tudo que já está ruim pode ainda ficar muito pior (FILHO, 2020).

Apesar das mazelas, das crises intermináveis e até mesmo propositais, visando fins econômicos e políticos, ainda se acredita que ao mesmo tempo que a escola pode reproduzir as desigualdades, ela pode ser um espaço de transformação social, onde se constrói o conhecimento sistematizado. A escola é o ambiente onde se produz e normatiza o conhecimento a fim de que se construa mais conhecimento (CUNHA, 2014, p. 3).

“Hoje se pode dizer que a educação – como espaço de socialização e de instrução, aquisição de “conhecimentos” – está se universalizando no Brasil”. (PEREIRA, 2016, p.37).

Na educação escolar, a responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade, centrada no professor. Quando os educadores negam a autoridade como representante do conhecimento, eles “se recusam a assumir a responsabilidade do mundo ao qual as crianças foram trazidas” (ARENDT, 2000, p. 239). A escola é responsável por introduzir os conhecimentos científicos, técnicos, estéticos de modo que os educandos entendam e sintam que fazem parte desse mundo tão complexo e desigual

Diante desse contexto desafiador, a escola, tem o papel de formar cidadão críticos e autônomos, capazes de mudar a realidade em que vivem e junto a isso, o desafio de formar leitores e de desenvolver o hábito da leitura desde a Educação Infantil.

Sobre isso, Amorim (2022, p. 27) afirma que:

Nos primeiros anos da educação básica, é notável o empenho dos professores do primeiro segmento para a construção de um ambiente lúdico e cativante para que os alunos se interessem pela leitura do texto literário. Para isso promovem rodas de leitura, leituras compartilhadas, leituras dramatizadas, enfim, várias são as estratégias para que os recém-chegados alunos, ainda em seu processo de alfabetização, tenham sua curiosidade despertada e se interessam pelo texto escrito.

Segundo esse autor, essas estratégias de leitura vão se perdendo no decorrer da vida escolar dos alunos, após o processo de alfabetização, dando a impressão, que depois de serem alfabetizados, já são leitores proficientes.

Domingues (2022, p39) esclarece que:

Já o segundo esclarecimento é sobre o termo professores de Língua Portuguesa e Literaturas. Quando falamos desses professores, estamos nos referindo não somente aos docentes que atuam no ensino médio, regentes da disciplina de Literatura ou Português/Literatura, mas também aos que atuam no ensino fundamental. Esse esclarecimento se faz necessário porque, muitos presos a rótulos, muitas vezes nos esquecemos de que, como professores de Português no ensino fundamental, também

somos professores de Literatura e, ainda que não estejamos sob esse rotulo, grande parte de nossas aulas são baseadas em gêneros, autores e textos considerados literários. Um breve exame em nossa memória nos mostra o quanto a leitura literária é presente nas aulas da educação básica independente da etapa de escolaridade.

As palavras de Domingues (2020) são de extrema relevância para se (re)pensar que é possível levar Maria Firmina dos Reis para diversas etapas da educação básica e não especificamente para o Ensino Médio, etapa final da educação básica, pois o texto literário se faz presente em qualquer modalidade de ensino, isso significa que a escritora e seus textos podem ser trabalhados a partir do ensino fundamental.

Para que o interesse pelo livro literário se perpetue ao longo da trajetória escolar, o estímulo a leitura deve ser uma prática constante e inovadora no decorrer da formação dos estudantes e ao longo da vida, não apenas durante o processo de alfabetização dos alunos (as).

A leitura de textos literários é uma prática diária na Educação Infantil, mas que vai lentamente se desvanecendo ao decorrer da educação de crianças e jovens, até chegar ao ponto de os alunos das etapas de ensino mais avançadas, a exemplo do ensino médio, perderem o gosto pela leitura, porque quase sempre a literatura ensinada na escola é usada para introduzir conteúdos programáticos, gramática e para abordar outros temas, ou seja, tratam-se de práticas que não incentivam o prazer da leitura, com isso, o compromisso de formar alunos que sejam leitores proficientes, aficionados por livros produzidos em diferentes épocas, que leiam para elogiar, criticar e se deleitar, não acontece da forma como deveria. Como apontam Farias, Britto e Santos (2019):

A primeira, mais próxima da concepção tradicional de educação vincula-se a ideia de que a literatura se prestaria para ensinar coisas: regras e usos gramaticais, ilustração de momentos históricos, descrição de ambientes naturais, valores morais dentre outras possibilidades. A segunda forjada em uma ideia supostamente moderna de educação comprehende o texto e a leitura literária como suficientes por si sós, sem qualquer compromisso com a fruição do leitor, tendo como limite aceitável a instrumentalização dos estudantes para leitura. Ambas estão difusa e confusamente presentes em sala de aula e se alternam no protagonismo do ensino de literatura, especialmente no Ensino Médio (FARIAS; BRITTO; SANTOS, 2019, p. 161-162).

A citação mostra o dualismo no ensino de literatura e serve para ilustrar o quanto é complexo formar leitores fluentes na educação básica, onde normalmente, a leitura de textos literários de uma grande parcela de estudantes, se dá através do uso do livro didático, que é a principal ferramenta utilizada pelos professores no processo ensino-aprendizagem dos estudantes, consiste em fragmentos de textos de autores canônicos de quem fazem parte da historiografia literária brasileira, não havendo espaço para o deleite, para a apreciação, para a

crítica, para diversidade e para dar representatividade as autoras negras, como Maria Firmina dos Reis, o que predomina é a literatura eurocêntrica. O método de ensino de literatura também é analisado por Rocha e Soares (2020):

No contexto brasileiro, até a década de 1970, a literatura era entendida como um meio de transmitir a norma culta e inculcar valores morais. A partir dessa década, com a entrada da literatura no então 2º- grau, é adotada uma abordagem cronológica e historiográfica, com foco em características de uma época, e a literatura também passa a ser utilizada para o ensino da língua (ROCHA; SOARES, 2020, p. 1)

Diante de tais constatações, é possível afirmar que a literatura é usada com vários propósitos na escola, até mesmo preparar o aluno para o exame Nacional do Ensino Médio (Enem), quase sempre os autores selecionados são aqueles, cujos livros serão cobrados na avaliação, preferencialmente os clássicos. Esse tipo de aprendizado não forma leitores apaixonados e autônomos. Quando o adolescente perde o gosto pelo texto literário, torna-se importante desenvolver propostas metodológicas para que o ensino de literatura tenham significados para multiplicidade de crianças e jovens, pautadas na pluralidade e na diversidade cultural, é um grande desafio para a professores, não só de Língua Portuguesa, a quem cabe a maior responsabilidade do ensino de Literatura; mas também de todas as áreas do conhecimento podem viabilizar a leitura buscando suporte nas ferramentas de comunicação tais como, a rádio-escola, os vídeos as fotonovelas e da internet (CUNHA, 2014).

O que se propõe aqui é enxergar o texto literário como obra de arte e viabilizar situações em que os estudantes se envolvam com a literatura. Que eles possam se apaixonar pelo texto, bem como criticar, odiar e questionar, afinal envolver-se é diferente de simplesmente gostar de tudo que lhes é apresentado. Em muitos casos, as práticas de leitura que ocorrem na escola oferecem poucas possibilidades de expressão da subjetividade dos estudantes, que geralmente são obrigados a concordar com uma análise e interpretação que já vêm acompanhadas do oferecimento do texto. (ROCHA; SOARES 2020, p.1).

As questões levantadas mostram que muitos obstáculos impedem que o ensino de literatura seja tratado como uma arte estimulante e prazerosa para os alunos, portanto, alguns entraves precisam ser vencidos. Muitos estudantes chegam ao Ensino Médio sem o pleno domínio da leitura, isto é, não estão totalmente alfabetizados. Em seu livro *A importância do ato de ler*, Freire (1989, p.19) revela que o processo de aquisição da leitura vai muito além de “A Eva viu a uva”, o aprendizado da leitura tem que ser contextualizado, respeitando a realidade e as experiências dos educandos. Se a maioria dos alunos aprendeu a ler abstratamente e de forma mecânica, certamente terá muita dificuldade em relação à leitura literária, daí,

também surge a indagação: como eles irão apreciar e entender a complexidade de um livro literário e ler com fluência qualquer tipo de texto? Sobretudo fazer uma análise crítica favorável ou desfavorável do que leu. (ROCHA; SOARES, 2020) citam outras adversidades para o ensino da literatura na escola:

Concepções retrógradas sobre a literatura, desinteresse por parte dos estudantes, falta de tempo dos próprios professores para dedicar-se à leitura literária, infraestrutura precária, falta de acesso aos livros, indisciplina e um universo de problemas sociais. Soma-se a isso uma formação inicial frágil, que não nos prepara para as especificidades que são próprias do texto literário e da realidade escolar (ROCHA; SOARES 2020, p.1).

Podemos perceber que o ensino da literatura passa por uma crise-histórica, que foi agravada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação e pelas rápidas transformações no mundo contemporâneo. É normal os especialistas dizerem que os jovens não gostam de ler e que o formato de livro tal como conhecemos está com os dias contados. Numa sociedade altamente competitiva, repleta de distrações, a exemplo da internet e da televisão, o currículo não favorece e nem estimula a leitura prazerosa nas aulas de Literatura, que com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, (BNCC), não será mais disciplina, o que pode aprofundar a crise, já que, o documento é obrigatório em todo o território nacional, diante desse contexto desfavorável e desafiador, ainda assim é possível levar as obras de Maria Firmina para sala de aula, apesar de não ser uma tarefa fácil. Existem os dispositivos legais, a exemplo da lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana na sala de aula. Desafios sempre haverá, “cabe ao professor buscar ferramentas para estimular à leitura literária. E incluir no repertório dos alunos uma autora que não teve sua obra comentada pelos especialistas da literatura brasileira, como: Sílvio Romero (ZIN,2018, p.192)

Como diz Paulo Freire (2011, p. 30), “ensinar exige pesquisa”. Um professor que não é um pesquisador de sua prática, jamais conseguirá ensinar, porque o ensino exige pesquisa. Partindo desse pressuposto, levar uma autora negra e precursora como Maria Firmina dos Reis para a sala de aula, dessa forma contribuir para que os alunos conheçam uma escritora abolicionista do século XIX, que apesar das adversidades, construiu narrativas para denunciar os males e as injustiças provocadas pela escravidão, injustiças que permanecem quase inalteradas na sociedade brasileira do século XXI, exige muita pesquisa, sem ela é quase impossível desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e ter uma reflexão crítica da realidade tal qual ela se apresenta.

No pensamento freireano, é a condição de inacabamento que nos torna aberto ao mundo: “onde há vida, há inacabamento” (FREIRE. 2021, p.55).

“Reis tinha uma profunda consciência da condição dos negros no Brasil e fez uso de sua obra literária para falar contra a injustiça, desumanidade e da crueldade da escravidão” (BAILEY 2018, p. 106)

Nesse sentido, levar uma autora pioneira do século XIX para o espaço de sala de aula, é uma atitude quase revolucionária, pois suas narrativas são um chamado para se fazer uma análise histórica do contexto em que foram escritas e contextualizá-la com obras de autoras contemporâneas (SOARES; ROCHA, 2020). As obras de Maria Firmina não só abordam apenas os males provocados pela escravidão, trata também de outras questões que continuam enraizadas na sociedade e no mundo contemporâneo, como as questões de gênero, serve de ponto de partida para a desconstrução de estereótipos e de conceitos negativos, preconceituosos e racistas relacionados aos negros e as mulheres, que permanecem arraigados no imaginário social.

Também se cria a oportunidade de os alunos refletirem sobre acontecimentos históricos que foram contados a partir do ponto de vista do opressor ou do homem branco, tendo como base as obras de Maria Firmina, que denunciou a condição crítica e o cenário de desigualdade vivido pelos escravizados e pelas mulheres no século XIX. Concedeu voz e vez aos personagens negros, permitindo que eles contassem suas experiências de vida e suas memórias, desempenham papel importante ao longo da narrativa, que gira em torno de um triângulo amoroso e tem como personagens principais um casal de jovens brancos e ricos, que se apaixonam, Úrsula e Tancredo. Um livro, que poderia passar despercebido, é considerado inovador pelos críticos como enfatiza Toledo (2018):

Em Úrsula, Maria Firmina dos Reis aborda a temática da escravidão de uma forma inovadora. Através da obra literária, a atitude teve uma atitude política de denuncia das injustiças vividas na sociedade patriarcal brasileira do século XIX, principalmente pelas mulheres e pelos escravos. Na obra Maria Firmina relata a escravidão sob o ponto de vista dos escravos, dando-lhes voz para que pudessem relatar suas memórias não só da sua terra natal, mas da travessia até chegar ao Brasil, a violência a que os escravos eram submetidos em tal travessia e em terras brasileiras, e ainda, usando a voz de uma escrava, que Maria Firmina questiona a alforria, a possibilidade de ser “livre” em um país escravocrata como era o Brasil no século XIX (TOLEDO, 2018, p. 150).

Os negros ainda ocupam um lugar marginal nos livros didáticos e paradidáticos, porém já é possível encontrar uma infinidade de autoras que trazem em suas obras, um negro humanizado e portadores de histórias, de sentimentos, com vínculo familiar, tais como

Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, Mel Duarte, Ryane Leão, Paulina Chiziane, Ana Maria Gonçalves, enquanto isso, muitos professores alegam que falta materiais que mostram e reforçam o protagonismo negro ao longo da história na sociedade brasileira e também para descontruir preconceitos e estereótipos que foram e continuam sendo internalizados durante o processo ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes na escola e em outros espaços onde a educação também acontece.

Os professores de Língua Portuguesa a quem competem o ensino da leitura necessitam de suportes para desenvolverem práticas pedagógicas que sejam capazes de dar visibilidade as autoras negras brasileiras, a exemplo de Maria Firmina dos Reis, não somente para abordar a temática da escravidão sobre um novo viés, mas para apresentar aos alunos, autores, que se destacaram pelo pioneirismo num determinado contexto histórico e sobretudo buscar estratégias para que os educandos possam apreciar um texto produzido em outra época e, dessa forma, ampliar seu repertório cultural. Portanto, professores e alunos precisam demonstrar interesse para uma literatura produzida no século XIX, pois segundo Rocha e Soares (2020), ambos podem mostrar-se resistentes, inclusive até em nós mesmos.

A leitura de obras de outras épocas pode encontrar bastante resistência, por parte dos estudantes e até de nós mesmos. É possível que textos de tantos séculos dialoguem com essa geração? E por que não colocar essas temporalidades e temas em diálogo? O que Machado de Assis e Racionais MC's têm em comum? Como aproximar Maria Firmina e Conceição Evaristo? (ROCHA; SOARES, 2020, p. 1)

O diálogo entre obras escritas em contextos históricos diferentes é uma excelente estratégia para dar visibilidade aos autores silenciados e apresentá-los aos estudantes negros e brancos, que estão pouco acostumados lerem livros de autoria negra publicados em séculos passados e, principalmente, aqueles que foram escritos por mulheres negras que apresentam em suas narrativas personagens negros, como sujeitos históricos, que têm seu lugar de fala, ao narrar suas memórias, sobretudo da África de onde foram retirados a força para serem escravizados no Brasil.

Daí surge a importância de levar Maria Firmina dos Reis e suas obras para a sala de aula da Educação Básica, pois sua trajetória de vida e suas obras podem ser utilizadas não só para descontruir os estereótipos construídos no universo literário, mas também para elevar a autoestima, a autoimagem dos alunos e das alunas negros, dar visibilidade a autora e tirá-la do silenciamento no espaço escolar.

A falta de representatividade e de visibilidade de autores como Maria Firmina dos Reis, no interior das escolas coloca em xeque a falácia e o mito de que não existe racismo no Brasil

e que todos e todas recebem o mesmo tratamento, que as desigualdades é fruto da preguiça, da falta de esforços e da indolência e não dos trezentos oitenta e oito anos de escravidão, que gerou as injustiças sociais e restringiu a concentração de riquezas a população branca.

Cabe destacar que a educação continua exercendo um papel importante na consolidação da sociedade brasileira, sendo relevante para a população negra, que a vê como a única oportunidade de ascensão social. É preciso ressaltar que não há soluções prontas, compete a cada professor, cada escola desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas para levar obras da autora Maria Firmina dos Reis para a sala de aula e contribuir para melhorar a qualidade das relações étnico-raciais e fazer com que os alunos e as alunas sintam orgulho de serem negros e negras.

Na sua obra *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 2019) afirma que a Educação é um ato de amor. Uma prática pedagógica desvinculada do afeto, a escola continuará reproduzindo e reforçando as desigualdades sociais, esse ato de amor consiste no processo por meio do qual os educandos constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências. O livro literário possibilita o desenvolvimento dessas qualidades, que são inerentes a todos os seres humanos.

Para Xavier (2011, p.9), os planejamentos escolares devem “permitir aos estudantes uma melhor compreensão de si, do outro, da natureza, da sociedade, das diferentes culturas, das artes, das tecnologias e dos sistemas de produção da sociedade

Brandão (1981), coloca-se de uma maneira, bastante clara, a respeito da Educação:

Ninguém escapa da Educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com Educação. Com uma ou com várias Educação, Educaçãoes (BRANDÃO, 1981, p. 11).

A Educação, do ponto de vista social, é a interferência que a sociedade, com o objetivo de se manter e se reproduzir, exerce no desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos por meio de um conjunto de estruturas, influências, processos, ações (BRANDÃO, 1981).

Para valorizar a presença do negro na sociedade brasileira, a escola precisa aumentar o autoconhecimento, focar numa metodologia que vise melhorar a qualidade das relações étnico-raciais nos diferentes grupos sociais. As obras de autoria negra não encontram espaço nas salas de aula e tornam-se invisíveis e condenadas ao apagamento histórico, como acontece com a escritora Maria Firmina dos Reis, uma autora que tem uma trajetória pautada na invisibilidade e no silenciamento dentro do espaço escolar. Conforme destaca Marques (s/d):

A proposta em utilizar os trabalhos de Maria Firmina dos Reis em sala de aula, permite a abertura de um segmento pedagógico crítico e decolonial. Suas obras dão pauta para um diálogo a respeito da condição dos escravizados e das mulheres no século XIX. A autora, que por 50 anos permaneceu apagada da história com seus escritos que possuem um forte caráter antiescravista e abolicionista, viveu muito à frente de seu tempo, não só por seus ideais, mas por ser uma mulher negra considerada até o presente momento como primeira escritora brasileira (MARQUES, s/d).

Quando os alunos e alunas negros só têm contato com uma única versão da história, geralmente aquela contada do ponto de vista do opressor, que só contribui para reforçar estereótipos e acentuar a discriminação, o preconceito, a desigualdade e perpetuar a diferença entre classes na sociedade, a questão racial não é discutida como deveria. Mas se olharmos ao nosso redor, veremos que não contam a verdade. Nesse contexto surge a ideia de depreciação e de não aceitação, pois levou os negros e negras acreditarem que só vieram ao mundo para serem submissos, que só lhes restam seguir a mesma trajetória de seus antepassados, pois o lugar do negro e do branco está bem definido na sociedade, parecendo imutável (NGOZI 2018).

É relevante levar as obras de Maria Firmina dos Reis para a sala de aula, entretanto, o projeto político pedagógico de cada escola precisa estabelecer metas e propostas metodológicas para o ensino da literatura negra e da cultura afro-brasileira, fazendo valer cumprir os dispositivos legais, como a Lei de nº 10.639/03, sancionada mais de uma década e quase não é cumprida, sendo assim, haverá mais possibilidade de romper com o silenciamento e com o apagamento histórico, essa é uma das iniciativas que dará visibilidade a autora no contexto educacional. Dessa forma, é possível construir uma historiografia literária pautada na diversidade cultural

A representatividade de Maria Firmina dos Reis na sala de aula é crucial para a superação do silenciamento, do apagamento histórico e até mesmo para incentivar o surgimento de novas escritoras. E, ela estava certa de que essa invisibilidade aconteceria, demonstrou no prologo do seu livro Úrsula, ao pedir que dessem continuidade ao seu pioneirismo e a sua proeza, solicitou “acolhimento ao leitor, para que outras escritoras possam lançar suas frases no mundo público de circulação de discursos” (MIRANDA, 2018, p. 279).

Almeida (2019, p. 92) destaca que depois que o Romance de Maria Firmina dos Reis foi lançado e se tornou conhecido, passaram-se quase cem anos para outra escritora negra publicar um romance; “Água Funda (1946), de Ruth Guimarães. Isso serve para ilustrar o quanto o racismo estrutural está internalizado em nossa sociedade, muito em função dos 388 anos de escravidão”.

Maria Firmina dos Reis, mulher, negra, pobre, pouco escolarizada abordou em suas narrativas a temática da escravidão de forma inovadora, em pleno final do século XIX, bem antes da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, Reis tinha plena consciência dos males e das injustiças geradas pelo sistema escravocrata. Em sua vida longeva supostamente também sofreu com o preconceito e com a discriminação, enfrentou adversidades e obstáculos típicos de uma sociedade patriarcal oitocentista, tanto é, que faleceu aos 95 anos em condições bastante precárias. Contudo, devido à escassez de fontes, não é possível afirmar que Maria Firmina do Reis tenha sofrido preconceito ou discriminação durante sua trajetória de vida. Mas provavelmente motivaram o seu silenciamento e a sua invisibilidade, mesmo sendo a primeira mulher negra a escrever um romance abolicionista através de uma nova perspectiva, que a diferenciou de outros escritores de sua época, que abordaram a mesma temática (FURTADO, 2017).

Maria Firmina dos Reis é assim, uma escritora poderosa, que com seu estilo pungente, relata de maneira verdadeira a realidade de sua época. Seus livros descrevem a situação em que se encontravam as mulheres, os negros e os pobres na sociedade patriarcal brasileira do século XIX, revelando que a construção do preconceito e da discriminação é muito antiga e baseava-se em princípios muito distanciados da filosofia Cristã. A Igreja era a grande representante de Cristo na Terra, mas seus partícipes, jamais conseguiram entender os preceitos deixados por Jesus. E de certa maneira, tinha noção do que acontecia, e como mulher cristã, talvez não compreendesse isso ao expressar sua indignação em suas narrativas.

Assim é fundamental a movimentação entre obras literárias consideradas canônicas e aquelas que foram silenciadas na instituição escolar. Nesse sentido, mostra-se essencial, em diálogo com a autoria masculina do século XIX, por exemplo, destacar também as vozes femininas que ali já produziam obras literárias, como Corina Coaracy, Chiquinha Gonzaga, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha, Narcisa Amália, Maria Firmina dos Reis. É fundamental nesse sentido garantir ainda a presença negra, como da Maria Firmina, e de outros autores, como Luiz Gama, que também produziram Literatura durante o século XIX, no mesmo período daqueles que sempre ganharam as páginas dos livros didáticos como José Alencar, Joaquim Manuel Macedo, Visconde de Taunay, Aluísio de Azevedo e o próprio Machado de Assis, embranquecido pela história e pelo cânone literário (SILVA, 2022, p.11).

Sugestões e ideias para levar Maria Firmina dos Reis para a sala de aula da educação básica não faltam, apesar de não existir receita pronta e nem um manual a serem seguidos, algumas sugestões de atividades podem ser encontradas na internet e nas próprias bibliotecas das escolas. Os professores e professoras que atuam nessa modalidade de ensino precisam ser criativos e ter um compromisso com a diversidade cultural que versa sob a literatura canônica

ou não. E para Silva, 2022, valendo-se da defesa do letramento digital tão ardilosamente comentada e recomendada em documentos oficiais, os docentes precisam levar para aula de literatura autores e autoras que produzem e só conseguem fazer circular seus textos em ambientes e redes sociais digitais Facebook, Instagram, You Tube, podcast, vlogs etc.

A proposta em utilizar os trabalhos de Maria Firmina dos Reis em sala de aula, permite a abertura de um segmento pedagógico crítico e decolonial. Suas obras dão pauta para um diálogo a respeito da condição dos escravizados e das mulheres no século XIX. A autora, que por 50 anos permaneceu apagada da história com seus escritos que possuem um forte caráter antiescravista e abolicionista, viveu muito à frente de seu tempo, não só por seus ideais, mas por ser uma mulher negra considerada até o presente momento como primeira escritora brasileira. (MARQUES)

É, portanto, uma escritora revolucionária, que analisou os nuances que denegriam a sociedade em que viveu, observando que poucos tinham valor, e a maioria era desvalorizada e desmerecida por essa sociedade. Dessa maneira, as gerações futuras têm não só o direito, mas também a necessidade, de conhecer obras de escritores que transgrediram, que superaram adversidades e estão excluídos da historiografia literária, porque não são considerados canônicos, mas precisam estar presentes na sala de aula da educação básica.

“Na escola, todos nós conhecemos Machado, José de Alencar, Gregório de Matos, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Cecília Meirelles, mas nunca ouvimos falar de Maria Firmina dos Reis” (SILVA, 2022, p. 107).

Como já foi constatado, Maria Firmina dos Reis é silenciada na escola, onde os alunos conhecem vários escritores, mas a desconhecem e bem como suas obras e partindo desse princípio surge a seguinte indagação: Quais as atuais propostas das escolas brasileiras para a superação do silenciamento e do apagamento histórico dessa autora desbravadora. Cabe observar que se trata de uma situação muito complexa, ao mesmo tempo que a visibilidade é algo que vem se naturalizado em outros espaços, temos que pensar com um olhar crítico e ao mesmo tempo visionário, porque a escola enquanto detentora do conhecimento sistematizado e científico ainda não teve a iniciativa de se levar a escritora e suas obras para sala de aula, possibilitando aos alunos e alunas lerem suas obras saibam tão percussora ela foi e continua sendo.

O PNLD Literário, já disponibilizou para as escolas públicas o livro Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil, e Maria Firmina dos Reis é uma dessas mulheres e é assim apresentada:

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher expoente da cultura maranhense. Seu romance de estreia, *Úrsula*, é considerado a primeira obra do gênero escrito por uma mulher no país. Escritora, poeta e professora, contribuiu com artigos para diversos jornais de sua época e também atuou no campo da música, compondo canções clássicas e populares (SOUZA; CARARO, p. 48).

Os professores de quase todas as modalidades de ensino costumam justificar que não ensinam determinados conteúdos por que falta material, o que não deixa de ser verdade, mas agora é possível encontrar recurso, a exemplo do livro *mulheres extraordinárias*, já é um indício que é possível levar Maria Firmina dos Reis para a sala de aula

São necessárias medidas efetivas, que levam a mobilização para tirar a escritora do esquecimento e dar o destaque que ela merece no âmbito educacional, mas ao que tudo indica não chegou a escola de maneira mais efetiva, parece que continua esquecendo de seu papel social, que é ter um ensino pautado na diversidade, contudo não percebe nenhum movimento que tenha como meta o resgate de Maria Firmina dos Reis e suas obras e nenhuma pedagogia inclusiva.

Uma pedagogia inclusiva implica ainda celebrar a diversidade e as diferenças individuais e coletivas, pressupõe a oportunidade de os educandos terem vozes e estas serem ativamente ouvidas e necessita de uma política participativa onde todas/os buscam e podem encontrar qualidade para todas as pessoas sejam crianças, jovens ou adultos. (CUNHA, REIS, 2010, p.45)

Sendo assim, se a escola não está conectada com a realidade e com a diversidade cultural. Essa apatia e falta de conectividade com a sociedade só contribui para reforçar o silenciamento e o apagamento histórico de Maria Firmina dos Reis e os efeitos são devastadores na vida dos alunos e alunas, porque ficam uma lacuna enorme na base da formação escolar e da memória, que para serem construídos precisam de contato com experiências enriquecedoras.

Cabe destacar que, é evidente que há um quadro agudo de deficiência na educação fundamental das escolas públicas onde estudam a parcela mais pobres da população, que também são as negras e mestiças. Com pior formação escolar, esses estudantes não conseguem competir em pé de igualdade pelas vagas das universidades públicas com aqueles das escolas particulares. Entre as medidas legais que vêm sendo adotadas está a obrigatoriedade de tratar de culturas afro-brasileiras e da história da África nas escolas. Se pensarmos bem, e espantoso que isso tenha que ser estabelecido por lei, tendo em vista a importância desses temas para compreensão da nossa realidade. (MELLO & SOUZA, 2014)

Essa falta de iniciativa pode se transformar num empecilho para que milhares de jovens tenham o privilégio de conhecê-las, o que é realmente lamentável, pois perderão a oportunidade de entrar em contato com as obras de uma autora considerada pioneira.

2.3 Caminhos para de acabar com a resistência: reflexões e possibilidades

Durante o levantamento bibliográfico não foram encontrados artigos, dissertações e teses que abordam a temática de Maria Firmina e suas obras na sala de aula da educação básica, é preciso refletir que a educação básica tem um papel relevante para tirar a autora do silenciamento e do apagamento. Se os nossos jovens passarem a sua formação sem saber quem foi Maria Firmina dos Reis e não lerem suas obras, todos os esforços que foram feitos até agora para tirá-la da invisibilidade terão sido em vão, assim como acontece hoje com muitas pessoas, nossos jovens chegarão na idade adulta e até na universidade sem conhecer a escritora e saberem tão pioneira ela foi.

É necessário um esforço coletivo para acabar com a provável resistência dos professores de levar uma autora considerada precursora do século XIX para a sala de aula da Educação Básica e desenvolver propostas metodológicas para que os alunos e alunas tenham interesse em conhecer suas obras com deleite. Portanto, não podemos depender de iniciativas isoladas ou de imposições por parte de secretarias de Educação. Para obter êxito, não pode haver improvisos, tem que desconstruir a mentalidade racista e discriminatória secular, refazer relações étnico-raciais e sociais, acabar com a alienação de processos pedagógicos, que não pode se reduzir a palavras e a raciocínios fora experiência de ser inferiorizado vivida pelos negros, assim como as baixas classificações que lhes são atribuídas nas esferas das desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (DCNs, 2004).

Se temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os professores que atuam na Educação Básica estão munidos de um documento que poderá servir de suporte para sua prática pedagógica e sobretudo para ter um ensino pautado na diversidade e na pluralidade cultural, mas para isso, é preciso que haja formação constante, o que na prática não acontece e sobre isso podemos dizer que o Brasil possui uma trajetória educacional bastante caracterizada por concepções de ensino/aprendizagem tradicionais, colocando os professores como detentores absolutos do conhecimento e os alunos como sujeitos passivos, o que Paulo Freire (1987) definiu como educação bancária.

Dentro dessa concepção de educação bancaria não há espaço para diferentes vozes e para desenvolver práticas eficazes de combate ao racismo e para a diversidade cultural, diante dessa realidade, é pouco provável que uma escritora revolucionária, negra e pobre e suas obras conseguiam penetrar numa sala de aula onde a Educação bancaria prevalece. Alunos e alunas jamais saberão, quem foi Maria Firmina do Reis e das barreiras que lhe foram impostas pelo contexto da época, a uma autora que dedicou à literatura, numa sociedade profundamente preconceituosa, racista e seletiva. Apesar das condições adversas, sobressaiu para denunciar no seu livro, as injustiças e o sofrimento provocados pela escravidão. Embora o espaço da mulher fosse bem demarcado e sua função era cuidar da casa, do marido e dos filhos, foi ousada e teve presença constante na imprensa local, publicando poesia, ficção, crônicas e até enigmas e charadas. De acordo com Duarte (2018), a escritora foi uma mulher que esteve à frente de seu tempo e devidas as condições da época, pode-se dizer que foi muito ousada. Como que os nossos jovens podem deixar a escola e até mesmo a universidade de saberem disso?

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (DUARTE, 2018, p. 27).

Tem-se a lei 10639/03, que traz mudanças substanciais e profundas no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e nos currículos da Educação Básica, praticamente não foi implementada, se fosse colocada em prática pelos estabelecimentos de ensino e pelos professores já mudaria muita coisa, os alunos e alunas negros se sentiriam representados de forma positiva, não sofreriam com o racismo, com o preconceito racial e com a discriminação dentro do espaço escolar e as autoras e autores negros que se encontram invisibilizados e silenciados como Maria Firmina dos Reis seria conhecida, teria suas obras comentadas e lidas. Sabe-se que os professores têm uma formação conteudista e eurocêntrica, que restringe apenas transmitir os ensinamentos de sala de aula. O professor durante o ano letivo é cobrado a cumprir o currículo engessado, e o aluno acaba sendo prejudicado. E sobre descolonizar o currículo, Cunha (2014) enfatiza que:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade

social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (CUNHA, 2014, p. 7).

Existe uma batalha ideológica, que coloca os interesses políticos e econômicos acima de tudo, como ficou evidente durante o governo fascista e negacionista, a educação de jovens e crianças ficou relegada a segundo plano. Sem descolonizar o currículo, que também influencia no estudo das relações étnico-raciais, as vitórias que foram conquistadas com lutas dos movimentos negros e da academia irão retroceder, como já retrocederam no último governo.

Por se tratar de uma autora do século XIX, há atualmente certa resistência no que se refere à leitura de suas obras, assim, leitores de toda faixa etária e nível de escolaridade, acabam não conhecendo sua arte literária. Na realidade, as obras são pouco conhecidas, pois a autora ficou praticamente esquecida durante quase um século (ADLER, 2018). Ao mesmo tempo, que vivemos uma dualidade no ensino no brasil, que ao longo dos anos vem sendo sucateado para fins privativos a exemplo das universidades públicas, que deveria ser as principais formadoras dos professores que atuam na Educação Básica.

Ao longo dos anos, a discussão a respeito da formação de professores tem aumentado, principalmente em relação aos saberes e práticas necessários para o exercício da profissão e sobre as diversas maneiras de se mensurar a capacidade e eficiência docente. Cunha (2013) descreve que quando se deseja refletir a respeito do conceito de formação de professores deve-se recorrer à pesquisa, à prática de formação e ao próprio significado do papel do professor na sociedade.

Os desafios são diversos, mas existem leis e instrumentos que podem fazer o processo caminhar de modo satisfatório, principalmente para os educandos, abdica-los de terem acesso ao conhecimento seria segregá-los ainda mais.

Em se tratando da leitura de obras literárias, não existe apenas um caminho para vencer a resistência que possa estar impedindo a leitura de um texto ou levando a rejeição de um livro, é preciso que haja incentivo para que o leitor possa se interessar pela obra, principalmente de uma obra considerada muito marcante (ADLER, 2018).

De acordo com Bailey (2018), as obras de Maria Firmina precisam ser resgatadas e lidas, pois se tratam de relatos de uma época, apresentando um contexto histórico-social-cultural bastante diferenciado dos dias atuais, fazendo com que os leitores compreendam o cerne do problema do preconceito e da discriminação que até hoje acontece no Brasil.

Seu livro Úrsula foi sua primeira obra a ser publicada, é possível lê-lo com deleite, porque é um folhetim muito parecido com o formato de uma novela. O triangulo amoroso

entre Úrsula, Tancredo e Fernando é instigante e a forma como a autora insere os personagens negros na narrativa é inédita, além disso, foi a primeira mulher a escrever um romance com viés abolicionista (DUARTE, 2018).

Cabe ressaltar que o romance Úrsula ganhou uma adaptação em quadrinhos, trata-se de um trabalho do roteirista e historiador Iramir Araújo, com a participação dos artistas, desenhistas, Rom Freire e Ronilson Freire, disponível nas livrarias e nas bancas do maranhão, é um estilo que prende a atenção dos jovens que apreciam e curtem as histórias em quadrinhos. Normalmente, quando um autor ou autora permaneceu no anonimato por diferentes razões, seu nome e suas obras permanecem invisíveis e tornam fruto da resistência, pois geralmente, as pessoas querem ler os livros que fazem parte do cânone da literatura Nacional e os nomes consagrados pela crítica como Machados de Assis, renomado escritor do século XIX, que apesar de também ser negro, devido ao seu talento, conseguiu romper limites e atravessar os tempos. No entanto, deve-se destacar que Machado de Assis, apesar de ser um grande artista literário, não usou sua pena para defender ou apontar nenhuma mazela da raça negra em seus escritos. Ao contrário, seus livros eram novelas românticas, onde os pares brancos seguiam os modelos europeus (JOB, 2011).

Provavelmente, a resistência pode estar associada a uma série de fatores, que vai além de qualquer análise, de certo, milhares de leitores em potencial são perdidos, no entanto é necessário atrair novos leitores e leitoras para lerem as obras de autoras como Maria Firmina dos Reis, buscando estratégia para aguçar o hábito e o prazer de ler e assim adentrar num universo imerso de reflexões sobre um dado contexto cultural, cuja a problemática narrada no texto ainda persistem na sociedade moderna e contemporânea

Neste sentido, quando se pensa em resistência, o foco está em como trazer uma obra escrita no século XIX, com um histórico de esquecimento e de invisibilidade que durou século, abordando questões que marcaram a identidade de um povo de forma negativa, que é o povo negro, que ainda hoje sofre com os resquícios da escravidão, uma vez que o preconceito e a discriminação ainda são bastante visíveis na nossa sociedade, realçando ainda mais as injustiças as desigualdades sociais, e as diferenças entre brancos e negros (GONZALEZ, 2020, p.189).

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (DCNs,2004, p.12).

A produção de material didático feita com a participação do professor que conhece a realidade da sala de aula e de seus alunos e alunas, merece pouco destaque, principalmente no que contemple a diversidade cultural. Sabe-se que a precariedade da formação docente, a falta de valorização profissional, salas de aulas superlotadas, indisciplinas, distorção idade série, condições de trabalhos desumanas, escolas precárias, baixos salários que os obrigam a lecionar em mais de uma escola, falta tempo para a pesquisa e para preparar aula criativas e o livro didático acaba sendo a única ferramenta utilizada no processo ensino aprendizagem dos alunos e das alunas, não havendo espaço para aulas diversificadas, bem elaboradas e criativas. Com o advento da internet já é possível mudar essa realidade, com um ou dois clicks, aparecem uma variedade de materiais, haja disponibilidade e paciência para escolher os de qualidade. Apesar de não ser fácil encontrar material didático pedagógico sobre Maria Firmina dos Reis. Vou apresentar três experiências, sugestões de atividades que podem ser trabalhadas na sala de aula da Educação Básica e no Ensino Médio, que encontrei nos sites de buscas.

Numa dessas buscas, encontrei alguns materiais para ser trabalhado em sala de aula com os alunos e alunas do 6º ano do ensino Fundamental e segundo as autoras o interesse surgiu da necessidade se trabalhar a cultura africana e afro-brasileira em razão da implementação da Lei 10.639. As autoras Leal e Baldin, 2004, enfatizaram que o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas aulas de Língua Portuguesa é quase sempre pautado na escravidão negra africana, sobretudo nas aulas de literatura, o que as levou questionar como trabalhar nas aulas de literatura a Lei 10.639, a partir de uma seleção de textos de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, buscando relacioná-la com o momento histórico de cada aluna (o)?

A partir da ideia de Leal e de Baldin é possível desenvolver um projeto semelhante para trabalhar as obras de Maria Firmina na sala de aula, pois não é algo impossível, que requer muitos recursos, basta um pouco de criatividade e de empatia. É possível que cada professor encontre c em sua própria prática soluções metodológicas. Ensinar torna um desafio constante, “Sem a curiosidade que move, que me insere na busca, não aprendo nem ensino” (Paulo Freire, 1998, p. 40)

Embora tenha o projeto tenha sido desenvolvido para evidenciar Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, assim como Maria Firmina dos Reis, todas têm um histórico de invisibilidade e silenciamento. São mulheres negras, pobres que ao longo dos anos sofreram com o preconceito e com a discriminação, apesar das barreiras conseguira lançar seus livros e estão excluídas da historiografia literária brasileira e bravamente duas educadoras utilizam de seus conhecimentos para mostrarem que é possível levar as autoras que foram e estão silenciadas para sala de aula da Educação Básica.

As atividades desenvolvidas foram construídas buscando levantar aspectos da literatura negra feminina no Brasil; fazer um estudo sobre a vida de obra de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo; fazer um estudo sobre identidades culturais e memória; buscar nas obras de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo a existência de representações de identidades culturais de mulheres negras; fazer um estudo sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira a partir da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico raciais e Ensino da História e Cultura Afrobrasileira; e confeccionar material didático que subsidiasse a produção de caderno memorialístico (diário) pelas alunas que fizeram parte do projeto (LEAL E BADIN, 2004, p. 4).

Outro trabalho importante e muito bem elaborado por Anderson Novaes Soares também se encontra disponível na internet e o e-book: Literatura afro-brasileira na sala aula: Concepção, planos de aula e outras ideias.

O e-book é muito interessante os autores selecionados são duas mulheres e dois homens e segundo Soares p.5 a escolha teve com parâmetro inicial a inserção daqueles autores e autoras que foram esquecidos pela historiografia literária brasileira e pelo livro didático, ao contrário de Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto, que apesar das dificuldades que enfrentaram em sua época, desde muito, fazem parte do cânone literário Nacional. Ressalta ainda que presença de homens (brancos) é maior ou em menor medida, membros da elite dominante. Seria necessário haver um equilíbrio no que se refere ao gênero dos autores selecionados e dessa forma tem dois homens e duas mulheres, ambos não estão aqui apenas por razões de gênero, mas pela qualidade de seu trabalho e sua importância histórica de seu trabalho e de suas biografias. Os autores e as autoras também não se destacam pelo poder aquisitivo, pois há entre eles uma professora de escola primária, um râbula, que chegou a ser escravo e uma catadora de papel e moradora de favela. (SOARES, p 5).

Os autores e autoras selecionadas pelo autor do projeto foram: Maria Firmina do Reis (1822-1917), Luiz Gama (1830-1882), Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e Cuti [Luís Silva] (1951) foram os eleitos para serem apresentados aos que não os conhecem ou relembrados pelos que já puderam aparecer-lhes a literatura. Cada um deles será oportunamente apresentado, com as devidas justificativas de terem sido os escolhidos.

O e-book é muito bem organizado traz a biografia de cada autora e de cada autor, separados por tópicos, sugestões de link de leitura e de vídeo para pesquisar mais sobre a vida e a obra do autor e da autora estudada, plano de aula, incluindo as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura e Redação. O público-alvo é alunos do Ensino Médio, mas as atividades podem ser adaptadas para alunos e alunas da Educação Básica.

Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre (FREIRE, com isso é possível dizer que a reflexão teórica possibilita o alcance de novas

estratégia que conduzem o sucesso da ação pedagógica, muitas vezes é necessário lembrar das palavras de Freire Ninguém ignora tudo.

A outra experiência de atividade envolvendo a autora Maria Firmina dos Reis, que está disponível na internet, foi desenvolvida pelo colégio Pedro II, com o tema Maria Firmina dos Reis no Ensino Médio, experiências no Colégio Pedro II. A ideia surgiu em 2015, pelo professor Márcio Hilário atual Coordenador Geral do Departamento de Português e Literatura do Colégio Pedro II

De acordo com Santos, s/d, p.4, Márcio Hilário, apresentou em reunião de planejamento semanal a sugestão para que colegas da equipe de Português do campus São Cristóvão III lessem e, quem sabe, adotassem o livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. E foi um desafio:

Eu estava no segundo ano de colégio e teria a oportunidade naquele ano de trabalhar com uma turma de 2ª série, público mais indicado para a leitura da obra do século XIX, de acordo com o projeto político-pedagógico em vigor. Não o li com a turma no primeiro momento, mas pedi que me enviasse versão eletrônica, escaneada. Foi o que fez. Uma versão bastante pesada, aparentemente artesanal, lenta demais para passar de uma página a outra. Ao longo de 2016, ao lado de turmas de 1ª série, uma turma de 2ª série, e nada de *Úrsula* ainda. Diante do turbilhão de tarefas, não conheci as páginas de Maria Firmina dos Reis, não em tempo de propô-las aos estudantes. (SANTOS, s/d, p.4).

Um trabalho dessa magnitude, envolvendo uma autora do século XIX, necessita de várias estratégias para envolver os alunos e alunas, independente da modalidade de ensino, só que nem sempre irão funcionar conforme planejamos.

Recebi emprestada uma versão impressa da obra: exemplar publicado em 2004 pelas editoras Mulheres e PUC-Minas. Finalmente li *Úrsula*. E foi inevitável o questionamento: por que o livro era tão pouco conhecido por docentes, ignorado pela escola? Não vira até então romance romântico que tratasse o negro de forma tão humana. Além da questão do negro, ali estava um tratamento diferenciado dos temas românticos por parte de uma autora feminina, negra, de uma intelectual que, segundo a própria apresentação em prólogo da edição, não fora a Coimbra preparar-se, como outros autores da época. Uma mulher, negra, professora! Acreditei que a obra reunia os elementos que tentava fazer os alunos depreenderem com as obras canônicas de Alencar, por exemplo. Defini que entraria na campanha com o Márcio pela leitura no campus. Maria Firmina merecia (SANTOS, s/d, p.4).

Na maioria das vezes, quando um professor planeja ou pensa algo para sua aula e não acontecesse conforme pensou, desiste e com isso, ele esquece que também aprendemos com os desafios e que os acertos nos deixam acomodados e não nos levam arriscar, buscar o novo e aprender.

O trabalho sistemático com a obra de Maria Firmina dos Reis coincidiu com o ano de lançamento da edição de 2017 pela PUC-Minas de *Úrsula*, creio que a primeira de uma série hoje extensa de edições. Seja nas atividades de Iniciação Científica ou em

sala de aula com as turmas regulares, sentimo-nos estimulados a adquirir uma quantidade significativa de livros para divulgarmos junto às bibliotecas dos diversos campi do Colégio Pedro II. A taxa a que concorremos, ainda que com a necessidade de autorização especial, garantiu-nos a possibilidade de comprar 50 exemplares. Destinamos 13 exemplares a São Cristóvão III e dois para cada uma das bibliotecas de cada campus.

Esse trabalho desenvolvido pelo Colégio Pedro II, Campus São Cristóvão, que teve como público alvo alunos e alunas do Ensino Médio é mais um exemplo de que é possível trabalhar as obras de Maria Firmina na Sala de aula, constatou-se que há limites e possibilidades, são obras produzidas no século XIX, mas de grande potencial histórico, mesmo ainda não sendo canônicas. Para isso, o professor precisa saber que ele também pode estar contribuindo para o silenciamento e para o apagamento histórico que pairam sobre autora, que mesmo sendo pioneira continua sendo “sabotada”. “Não se trata de trabalhar com as diferenças – para homogeneizar – nem de trabalhar, apesar das diferenças, ignorando-as, e sim, com as diferenças encaradas como contribuição e não como faltas ou necessidades” (CENPEC, 1994, p. 6).

Vale ressaltar o problema não está em mudar o foco etnocêntrico profundamente de raiz europeia por um africano, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Diante disso, compete as escolas incorporar no contexto dos estudos e atividades, que valoriza as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (DCNs, 2004 p. 17)

A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido pelo Art. 26A da Lei 9.394/1996, permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto ou indireto estabelecerão canais de comunicação, encontrarão formas próprias de incluir nas vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdos de disciplinas, as temáticas em questão. Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. (DCNs 2004, p.17,18).

Não é preciso ficar esperando uma decisão que vem de cima para desenvolver e colocar em prática os preceitos da DCNs. Os projetos pedagógicos consistem em boas ideias para inserir as obras de Maria Firmina dos Reis na sala de aula da Educação Básica, mediante a apresentação de conteúdos em diferentes disciplinas que levem a discussão e até mesmo a produção de material, unidades de estudos, projetos, programas em diferentes áreas do conhecimento. Contudo não é uma tarefa simples, já que demanda uma infinidade de iniciativas, transformações e mudanças do modelo de escola e de ensino tal como conhecemos hoje. Como

pensar em diversidade cultural brasileiro sem referir os desafios metodológicos, que precisam ser re(pensados) urgentemente. (DCNs,2004, p. 18).

Uma escola que trabalhe numa dimensão intercultural e que promova uma educação para o reconhecimento do “outro”, através do diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais, desafia-nos. Como afirma Candau (2009), precisamos construir uma escola para a negociação cultural, que enfrente os desafios da assimetria e avance na direção de um projeto comum, pelo qual as diferenças são dialeticamente integradas.

CAPÍTULO 3 – A OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

3.1 Úrsula: um romance que tematiza a negritude pela perspectiva do negro

Úrsula é o principal livro escrito por Maria Firmina dos Reis, publicado pela primeira vez no ano de 1859, no maranhão, esteve esquecido durante décadas, e, mesmo na época em de seu lançamento, a obra não teve muita repercussão, ficando silenciada e apagada, mesmo sendo a obra inaugural da literatura afro-brasileira e um dos primeiros romances de autoria negra e feminina escritos no Brasil. Podendo ser considerado como o primeiro romance abolicionista do país. Somente a partir do ano 2017, a obra passou ser lida, discutida e comentada, em função do seu pioneirismo. Nas palavras de Duarte (2018)

A autora constrói um enredo folhetinesco para, uma vez fisgada a empatia do leitor, ir aos poucos introduzindo a crítica histórica e social. Assim, no entorno no núcleo central do enredo vivido pelos personagens brancos, introduza a fala do negro que perdeu a liberdade, mas não a humanidade. (DUARTE, 2018, p.55).

Seguindo essa mesma linha de pensamento MUZART (2018) afirma que:

O enredo é muito romântico, ligando-se ao veio que buscou inspiração num passado inexistente, medieval, à moda europeia. Os temas são os de amor e morte, castigos e loucura. A autora também segue as regras do romance do Romantismo: as personagens da trama central são jovens, belas, apaixonadas e brancas. A questão da escravidão só vai aparecer nas personagens secundárias que, hoje, por uma reviravolta teórica, tornaram dominantes nas análises. (MUZART, 2018, p. 28-29)

Trata-se de um texto romântico, que apresenta características desse estilo literário – o Romantismo brasileiro. A obra adota o abolicionismo como um tema quase central, ao expor a face mais cruel do tráfico humano dos africanos. Isto bem antes de Castro Alves e de todos os autores da América Latina que trabalharam em sua literatura um viés abolicionista, libertário e justo.

A estrutura da narrativa de Maria Firmina dos Reis segue o padrão do Romantismo, da narrativa sentimental e as propostas dos romances do século XIX, a obra é um folhetim, está dividida em capítulos, antes de se tornar um livro e vir a público, era publicado em capítulos nos jornais, da mesma forma como temos hoje, a telenovela e algumas séries de televisão. A narrativa gira em torno de uma história de um triângulo amoroso.

Adequando-se às características do Romantismo do século XIX, é uma história de amor. Em primeiro plano temos a protagonista Úrsula, que é uma jovem mal-afortunada, que passou

por vários problemas desagradáveis em sua vida, cuida da mãe, que está paralítica, chegando a invejar Túlio, quando este ganha a liberdade. Pois, apesar de branca, também, por ser mulher sentia-se aprisionada. Sua única felicidade foi se envolver amorosamente com Tancredo, um amor à primeira visita, um amor idealizado, arrebatador. A autora apresenta os personagens de maneira sensível, muito idealizados, características típicas do romantismo. A história tem um triângulo amoroso, porque o antagonista, Fernando P, se apaixona por sua sobrinha Úrsula. Ele é o vilão da história, um homem que trata a mulher como objeto, como posse, não aceita ser contrariado, quando suas vontades não satisfeitas, reage com violência.

O livro, além de apresentar marcas do ultrarromantismo, tem apelos incestuosos em decorrência do amor doentio do tio de Úrsula pela sobrinha, que culmina no assassinato e na loucura. Entretanto, o livro se destaca, pois, difere do padrão de sua época, ao abordar a questão racial com um problema grave para o Brasil (DUARTE, 2014).

Maria Firmina construiu uma narrativa onde os personagens principais eram dois jovens, ambos brancos, pertencentes à classe dominante. Úrsula e Tancredo, mas mesmo assim, conseguiu retratar as injustiças sofridas pelos escravizados e denunciar os males da escravidão. De uma maneira que nenhum escritor havia feito antes (DUARTE, 2014).

Assim, ao longo do enredo, a autora, ao mesmo tempo em que narra as paixões e as desilusões amorosas dos personagens principais, denuncia as injustiças sofridas pelos escravizados e as atrocidades provocadas pela escravidão, um sistema, onde o vilão praticava as maiores barbáries com os negros, com a conivência de um padre, membro de uma instituição poderosa da época, a igreja Católica, que era responsável pela Capela da fazenda do comendador, e que muito raramente o repelia, sobre o tratamento desumano e insano dado aos escravos, que trabalhavam até a exaustão, num clima de tensão e medo (DUARTE, 2014).

O enredo é narrado em terceira pessoa e no início do primeiro capítulo, Maria Firmina dos Reis faz uma descrição bucólica e ao mesmo tempo exuberante da paisagem do pequeno vilarejo onde se passará a história, povoado onde vive a protagonista da história, para isso, ela faz uso da linguagem poética, através do qual a natureza serve de pano de fundo para quase todos os capítulos da obra, salvo algumas exceções, como pode ser verificado no trecho a seguir.

São vastos e belos os nossos campos: porque inundados pelas torrentes do inverno assemelham ao oceano em bonança calma – branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe, marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem ao voltarem- os campos são qual os vastos desertos, majestoso e o grande como espaço, sublime como o infinito. (REIS 2017, p. 119).

O encontro de Tancredo e Túlio acontece no meio dessa paisagem, enquanto pensava nas traições e nas desilusões amorosas que havia sofrido, Tancredo sofre um acidente ao cair do cavalo e é socorrido por Túlio, que estava indo buscar água e Reis os descrevem como duas almas generosas, agradecido com a generosidade do jovem escravo que após socorrê-lo, o leva para fazenda de Luiza Lobo, mãe de Úrsula, senhora patriarcal de Túlio, Tancredo lhe concede a liberdade ao dar o dinheiro para a comprar sua alforria, liberdade que mais tarde será questionada pela preta Susana. Satisfeito, Túlio promete lealdade.

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos e que na franca expressão de sua fisionomia: deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe as nas veias, o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima de servidão não pudera resfriar, embalde – dissemos – se revoltava porque lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!.... (REIS,2017, p. 124).

Quando Túlio revelou ao jovem mancebo, que sua condição era de misero escravo e que não podiam ser amigos dada a sua situação de escravizado, Tancredo o repeliu dizendo:

— Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio- interrompeu o jovem cavaleiro — Dia virá em que homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na alma, comprehendo tua amargura, e amaldiçoe em teu nome ao primeiro homem que escravizou seu semelhante. Sim— prosseguiu — tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro e cuspiu sobre sua pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não comprehendem! Mas Túlio, espera; porque Deus não desdenha que ama seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro. (REIS,2017, p.128).

No decorrer do diálogo entre Túlio e Tancredo é possível perceber que acontece em pé de igualdade, o escravo tem o seu lugar de fala e consegue expor suas ideias sem ser tratado com desdém ou ignorado pelo homem branco e rico, que acabara de conhecer por conta do acaso, um advogado formado numa universidade de São Paulo, filho de um senhor patriarcal. O contraste entre os dois personagens não foi empecilho para que os dois tornassem amigos e não serviu de pretexto para a autora não o tornar sujeito do seu próprio discurso, sem expor as diferenças, o jovem negro consegue dar seu testemunho sobre sua condição miserável de escravizado.

— Ah! Meu senhor — exclamou o escravo enternecido — como sois bom! Continuais eu vo-lo suplico, em nome do serviço que presto, e que a tanta importância quereis dar, continuai pelo céu, ser generoso e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser viola e miserável escravo! Acostumados como estamos

ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores se todos eles se assemelhassem a vós, por certo mais suave seria a escravidão. (REIS,2017, p. 128)

E a narradora tem plena convicção disso ao afirmar: “E o negro dizia uma verdade: era o primeiro branco que tão doces palavras lhe haviam dirigido; sua alma, ávida de uma outra alma que a compreendeste, transbordava agora de felicidade e de reconhecimento. ” (Reis, 2017, p. 128). Era a primeira vez que Túlio conseguia desabafar com um homem que não fosse de sua cor e origem, nem o desprezou, mesmo estando em situação oposta e de ter todas as vantagens e privilégios que sua condição social e econômica propiciava. O que mais destaca e torna o livro diferente é o tratamento dado a questão do escravizado. “A autora não fala do escravo em geral, de uma entidade abstrata, mas individualizando-o através de dois personagens”. Esses personagens são Túlio e Susana. Túlio sofria com sua condição de escravo e sonhava com a liberdade, apesar da escravidão não lhe ter tirado a bondade e a generosidade, também não se tornou uma pessoa amarga e endurecida devido aos maus tratos.

No livro de Maria Firmina dos Reis os escravos falam um português castiço, empregam a segunda pessoa do plural, como vós, como tratamento, o que foi criticado por alguns, mais o que importa é que a escritora ao fazer com que falem a mesma língua e não apenas murmurários grotescos lhes dá um tratamento igual, uma fala que possui o mesmo peso da de seus opressores. O que sobressai é a paixão pela liberdade e o caráter integral contrastando como o do senhor de terras e também dos clérigos (TELLES, 2018, p.47).

Até no capítulo oito, Maria Firmina dedicou um capítulo a Susana, segunda personagem, para que ela pudesse falar de suas memórias da África e da forma como foi capturada para ser escravizada no Brasil, de como foi sofrido se arrancada da sua família, de sua captura na mata e dos horrores vividos dentro do navio negreiro. Sobreviveu ao martírio e os infortúnios da travessia, porque segundo ela, ainda havia muitas batalhas para ser enfrentadas como escrava de um vilão senhor de escravos. A preta Susana foi descrita por Maria Firmina dos Reis como pessoa boa e compassiva.

Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja a orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas, que mal ocultava as alvíssimas cãs. (Cabelos brancos)

Quando soube que Túlio havia conseguido a alforria, ela disse:
 — Tu, livre? Não se iludas! Exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre? (REIS, 2017, p. 185).

Para Susana, o sentimento e o sentido de liberdade eram opostos do que pensava Túlio, que depois de alforriado não tinha como recomeçar uma nova vida, sem servir aos outros.

(...) A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

— Sim para que estas lágrimas?... Dizes bem! Elas são úteis, meus Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ali eu gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura. — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma, mais ditosa (Diz-se da pessoa que tem sorte) do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, como sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas praias. Ah! Meu filho! Mas tarde deram matrimônio a um homem que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, e esse esposo querido, e essa filha extremamente amada. Ah Túlio, tudo obrigaram os bárbaros deixar. Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade. (REIS,2017, p.187).

Aqui pode-se perceber uma das características da obra de Maria Firmina dos Reis, em relação às mulheres, que em outros textos literárias tem papéis bem definidos como: a branca para casar, a mulata para fornigar e a negra trabalhar, enquanto que Susana antes de ser arrancada a força da África, tinha uma casa e uma família e perdeu tudo quando ficou privada da liberdade.

O nono capítulo é todo dedicado a personagem Susana, que tem sua fala carregada de subjetividade, memórias, reminiscências, de resignação e de resistência, dar voz a personagem:

“Vou contar-te o meu cativeiro.

[] tinham chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância “nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se a todos a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de uma infante, entretanto, eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era gentilíssima, e eu em sua inocência semelhava a um anjo. Desgraça de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe e fui-me na roça colher milho. Ah! Nunca mais devia vê-la....

Ainda não tinha vencido sem braças de caminho, quando um assobio repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dos homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível — a sorte reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram, daqueles lugares, onde tudo ficava — pátria, esposo, mãe, filha e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só voz pudeste avaliar!

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de a falta de absoluta de tudo quanto o mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos ás praias brasileiras. Para caber à mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como

animais, ferozes das nossas matas, que levam para recreio dos potentados da Europa: dava nos agua imunda, pobre e dada com mesquinhez, a comida má ainda mais porca, vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de agua. É horrível lembrar que criaturas (REIS,2017, p.188-189).

Os fragmentos mostram que a autora usou a voz de Susana para relatar as injustiças, a dor e o sofrimento provocados pela escravidão tanto no cativeiro, quanto no navio negreiro. Diante desse martírio e de todos os infortúnios, Susana ficou marcada, mas conseguiu sobreviver. A fase mais tranquila de sua vida foi quando morou com Úrsula e sua mãe, mas não era feliz por completo, porque não se sentia livre, sofria com a falta de liberdade que tinha na África e dos familiares que lá ficaram. Essa personagem, sem dúvida, é o que temos de mais precioso na literatura afro-brasileira, pois se tornou símbolo de resistência, e a imagem do sofrimento de um povo, que foi considerado como nada pelo dominador, que não respeitou sua história, sua cultura e, nem mesmo a sua existência.

3.2 Projeção de Maria Firmina na atualidade

“Flip começou celebrando Firmina como ancestral que fundou a liberdade no Brasil. Primeira mulher a publicar um romance no país foi homenageada por ter feito 'nossa primeira texto de liberdade'”.

A Feira Literária Internacional de Paraty é um festival literário lançando no ano de 2003 e realizado pela associação Casa Azul. Teve seu primeiro evento de estreia a 18 anos atrás com um palco repleto de homens brancos, o público elitizado ocupava a plateia. O grande homenageado foi o escritor Euclides da Cunha: com o tema viver é adaptar-se. Por causa dos custos elevados, os organizadores da Feira tiveram que se reinventar e valorizar a grandeza e a riqueza da diversidade cultural. Entretanto, só se torna algo real quando há a compreensão do contexto e nos conectarmos a ele e só é possível haver essa conexão quando estamos ligados e preparados para enxergar todas as diferenças do mundo que nos cerca, sem juízo de valor, ou sem julgar o que é certo ou errado, bom ou ruim (GASPAR, 2014 p.1).

Constata-se que no decorrer dos anos, a diversidade passou a ser valorizada no festival, de 2016, quatro dos cinco autores mais vendidos eram negros e um indígena. Escritoras contemporâneas como Sheila Heti, Grada Kilomba e Marilene Felinto foram destaque na programação. O público demonstrou interesse e participou do festival, nesse período o país

passava por uma crise econômica, mesmo assim, o auditório principal teve 8.628 frequentadores, 19% a mais do que em 2018. Maria Firmina dos Reis foi a grande homenageada no festival, realizado de 23 a 27 de novembro de 2022, na cidade de Paraty.

Mais uma vez a escritora ultrapassa os limites impostos no decorrer anos e o pioneirismo torna a marca registrada de sua trajetória que lentamente vem sendo ressignificada, é a quinta mulher receber a homenagem e a primeira negra, as outras eram brancas, tais como Clarice Lispector, Ana Cristina Cesar, Hilda Hilst e Elizabeth Bishop, que foram os destaques do festival. (GABRIEL, 2022).

Apesar de passar anos na invisibilidade, lentamente, Maria Firmina dos Reis e suas obras ganham notoriedade e visibilidade, atualmente, estão sendo reeditadas e em mais um feito histórico se tornou a primeira mulher negra a ser homenageada na vigésima edição da Festa Literária Internacional de Paraty,(FLIP), com o tema “Ver o invisível” foi notícia nos *jornais* Folha de São Paulo, Estadão, Portal G1 do Maranhão, O Globo entre outros, que enfatizaram o mérito e a importância da homenagem, vista como justa e foi destaque ao receber elogios, pois todos enalteceram o merecimento, considerado uma primazia.

Na esteira das celebrações dos 200 anos da Independência, a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) decidiu homenagear uma autora bicentenária: Maria Firmina dos Reis, a primeira escritora negra brasileira. Nascida em São Luís, em 11 de março de 1822, Maria Firmina fez história ao lançar, em 1859, “Úrsula”, considerado o primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina (GABRIEL, 2022, p. 1).

Nesse ano de 2022 comemorou-se o bicentenário da escritora Maria Firmina dos Reis, considerada um dos nomes mais importantes da literatura, vem sendo lembrada constantemente, algo relevante para visibilizar a autora e suas obras, foi homenageada num festival de grande importância, (FLIP) que pode ser considerado uma vitrine para prestigiar e colocar em evidencia escritores(as) no mercado editorial e elevar para o topo das listas suas obras, principalmente as que foram ou estão silenciadas, cujo propósito e torna-las conhecidas dos leitores, se não fosse esses festivais e as iniciativas de seus organizadores que rompem com o elitismo e com os critérios de exclusão utilizados pelos formuladores do cânone literário brasileiro, a situação de muitos escritores continuaria imutável, as mais prejudicadas são sempre as autoras que se destacaram num determinado contexto histórico e são consideradas pioneiras no cenário literário brasileiro, se não houvesse nenhum movimento de reivindicação, e um esforço extremo de um grupo de pessoas para dar visibilidade e valorizar essas

intelectuais, elas e suas obras iriam permanecer no anonimato e condenadas ao apagamento histórico.” Não há informações precisas sobre o efeito da invisibilidade de sua trajetória recorrente na história literária negra, que vem sendo revertido nos anos mais recentes – e as imagens que existem dela são estimativas feitas após a sua morte” (PORTO, 2022, p.1)

Enquanto essas vozes ecoam em prol da diversidade para reparar erros históricos, os resultados vão surgindo, mesmo que lentamente, mas já é uma conquista. Nesse sentido, também é um convite para o debate, para formação de parcerias, engajamentos e elaboração de projetos colaborativos na perspectiva de resgatar as escritoras e suas obras e fortalecer o vínculo com público leitor. Espera-se também sensibilizar empresários, empresas e as escolas públicas e privadas para promoverem propostas, pedagógicas e debates capazes de tornar o invisível, visível. De acordo com Freitas (2022, p. 1):

Já imaginou a loucura que foi para a sociedade escravista brasileira ver uma mulher negra publicando um livro em 1859, 29 anos antes do fim da escravidão? Então, apesar do pioneirismo, Maria Firmina e sua obra mais conhecida foram deixadas ao. Esquecimento. Só recentemente a escritora e seu livro vêm sendo mais estudados e lidos.

Não é uma indagação simples de responder, sobretudo quando se trata de uma autora que realizou um feito histórico e não teve reconhecimento no período em que viveu em sua cidade natal, no Maranhão, permaneceu mais de um século no anonimato, mesmo sendo muita ativa.

Os integrantes desses movimentos que surgem para tirar uma autora considerada pioneira do esquecimento, provavelmente têm a percepção de que vivemos numa sociedade de muitas vozes e valorizam a diversidade, esses grupos lutam em prol de uma sociedade mais plural, pois pensam diferente, ao contrário do que acontecia no século XIX, “os valores do mundo branco dominante não são mais vistos como necessários no caminho da ascensão social e em que as raízes africanas são valorizadas em vez de negadas em função das ações afirmativas”, o mundo muda, mesmo que o abismo e as diferenças se acentuem, levando a marginalização de determinados segmentos, no caso supracitado, das classes populares constituída e sua maioria de negros e pardos, o que pode parecer uma contradição, na verdade, existem ações e mudanças ocorrendo, mesmo que pareçam insignificantes, os resultados podem ser visíveis. (MELLO& SOUZA, p. 164).

Maria Firmina dos Reis já havia sido homenageada no ano de 2018, na 7^a edição da Festa Literária das Periferias (FLUP).

É preciso esclarecer que a homenagem a Maria Firmina não foi mera coincidência ou uma escolha paternalista, trata-se de uma reparação histórica e legítima, é um reconhecimento ao conjunto de suas obras e da própria escritora, a ação desses movimentos de tornar o invisível em visível consegue mostrar a força de uma autora negra que a partir de sua escrita produzida no século XIX, corajosamente denunciou as injustiças e a violência da sociedade escravocrata, que se perpetuam até os dias atuais e estão visíveis em todos os setores da sociedade brasileira, haja vista, a situação de vulnerabilidade da população negra, cuja a maioria ainda vivem em situações precárias, pois ficaram internalizados e arraigados no imaginário social preconceitos e estereótipos referentes a negros e pardos. Em sua tese, JOB, 2011, p.61 enfatiza que:

A única resposta certa, agora, é que o trabalho de regaste das pesquisadoras feministas possibilita, entre outras coisas, por exemplo, a (re)visão do texto dessa autora pois, independente dos motivos da marginalização imputada à obra, ela tem um legado histórico, político, literário, humano e sociológico a ser desvendado

Maria Firmina dos Reis realizou um feito inimaginável ao publicar o primeiro romance abolicionista, devido as circunstâncias de seu tempo transgrediu as duras regras de uma sociedade escravocrata conseguiu penetrar no seletº grupo de escritores de sua época do Maranhão. Um feito que precisa ser enaltecido, a autora merece ser valorizada pela historiografia. Esses festivais e eventos são cruciais para a sua visibilidade, que vem acontecendo de forma positiva e gradativa, pois a autora já possui o seu legado

Nas palavras da pesquisadora Dilercy Aragão Adler (2018, p. 81), escrever sobre Maria Firmina dos Reis, não é uma tarefa simples, devido à escassez de fonte, apesar de todas as dificuldades que um pesquisador enfrenta, futuramente teremos mais materiais. Um bom exemplo são as notas que foram divulgadas na imprensa diariamente informando que a escritora maranhense será homenageada por uma instituição ou num evento, é possível encontrar matéria sobre a autora em diversos sites e blogs e uma infinidade de artigos disponíveis na internet, não é uma coisa esporádica, efêmera ou um modismo. Isso só é possível devido as publicações de pesquisadores e estudiosos e as lutas dos movimentos sociais.

As notícias sobre as homenagens a Maria Firmina dos Reis, são um grande legado, pois além de reparar um feito histórico podem ser boas fontes de pesquisa, o professor pode solicitar que os próprios alunos façam um levantamento dessas notícias veiculadas na imprensa e nas redes sociais e promover uma discussão sobre os conteúdos selecionados e assim realizar um debate de quem foi Maria Firmina e propor uma análise de suas obras. “O lento processo de resgate crítico-bibliográfico da autora, teve seu início por acaso, em 1962, quando o bibliófilo

Horácio Almeida comprou um lote de livros de um sebo e entre eles encontrou uma cópia de “Úrsula” (BAILEY, 2018, p. 104).

O lugar não hegemônico ocupado por Maria Firmina dos Reis ainda persiste, apesar de todo movimento pró visibilidade, é preciso continuar refletindo reiteradamente no que concerne a inserção da escola nesse movimento, essa instituição, que é responsável pela formação de milhares de crianças e jovens ainda continua reforçando o silêncio dessa autora, o professor na maioria das vezes, só toma a iniciativa de ensinar algo, quando é obrigado ou solicitado, mesmo assim, a resistência em inserir os autores não canônicos nas aulas de literatura acabam contribuindo para reforçar o apagamento histórico de várias autores e autoras (SILVA, 2022).

Essa literatura também precisa habitar a escola em diálogo e tensão com os discursos literários hegemônicos, afim de colaborar para a construção de um olhar mais complexo e amplo sobre as questões da vida e do mundo. Em especial a escola pública, cujos discentes são oriundos em sua maioria, de espaços periféricos, faz-se interessante lhe apresentar a literatura como um lugar de representatividade também de suas identidades e questões, afim de que percebam a carga de vida que pulsa no texto literário, concebendo desse modo, perguntas capazes de desestabilizar discursos e práticas hegemônicas que colaboram para sua opressão como sujeitos periféricos, isto é, sujeitos que estão fora dos eixos hegemônicos de poder, pretos, índios, pobres, favelados, LGBTQIA. (SILVA, 2022, pp.109,110)

Porém cabe enfatizar que todas as homenagens feitas a Maria Firmina dos Reis são de extrema importância, mas não suficientes, porque relações sociais construídas a mais de trezentos anos não são alteradas, muito pelo contrário, são até renovadas. Preconceitos profundamente arraigados não são derrubados através de iniciativas isoladas, é preciso atitude e comprometimento. A elite branca não abre mão de sua posição privilegiada por livre espontânea vontade. É preciso mudanças nas legislações e a garantia de que mesma será cumprida, como a Lei 10.639, que é fruto de muitos movimentos e já tem vinte e dois anos que foi criada, mesmo assim, raramente é colocada em prática pelas escolas e pelos professores

Em uma entrevista ao jornalista Ruan de Souza Gabriel (2022 p.1), Pedro Monteiro, um dos organizadores da FLIP, disse que “Maria Firmina dos Reis não é alguém casual, alguém que estava na fila de homenageados do festival. Ela tem a força da autoria individual, uma mulher negra no Maranhão do século XIX lutando para ser reconhecida pela letra”.

Existe um desconhecimento sobre vida da escritora e sobre fatos importantes de sua trajetória, que dificulta muito o trabalho dos pesquisadores, os achados encontrados sobre ela são escassos, mas já dar uma dimensão do quanto foi desbravadora, porém a justificativa para homenageá-la é relevante, porque tem o propósito de reverenciar uma autora que fez história e é um exemplo de ousadia, mesmo assim, não foi plenamente reconhecida, mas que no decorrer

do tempo vem sendo lembrada. A luta é árdua, mas os resultados são positivos (ADLER, 2018, p.81).

Em mais um feito histórico, vindo da academia, a pesquisadora Bailey (2022) traduziu o livro Úrsula e o conto abolicionista, *A Escrava*, para o inglês. De acordo com a autora foi uma forma de contribuir para aumentar visibilidade das obras de autores afro-brasileiros entre os leitores de língua inglesa.

Considerando o pioneirismo da obra e o papel singular no contexto em que viveu: uma mulher negra, sem grandes recursos financeiros, com uma aguda visão crítica de sua realidade e atuante dentro dessa realidade, seja como escritora, folclorista e compositora, ou como mestra e educadora. Era urgente tornar sua voz conhecida de um amplo público, para além das fronteiras nacionais (BAILEY, 2022, p.91).

Essa é mais uma forma de reparar o silenciamento e o apagamento histórico que acompanharam e acompanham a escritora e suas obras, levando-as para o esquecimento, trate-se de uma mulher negra que venceu os obstáculos de uma sociedade escravagista e atualmente vem sendo reconhecida como um dos nomes mais importantes da literatura brasileira, apesar de permanecer esquecida em espaços importantes e decisivos para a educação de crianças e adolescentes brasileiros, que é a instituição escolar.

Obras como Úrsula comprovam que existe uma lacuna na historiografia brasileira no que se refere a literatura de escritoras mulheres. Houve um esquecimento gradual e sistemático dessas autoras que no século XIX existiam, escreviam e publicavam, tinham repercussão a sua época e faziam parte desse meio cultural como é o caso de Firmina. (TROIÑA, 2022, p.106)

Por essa e tantas outras razões, a homenagem é justa, sendo uma forma de romper com o silenciamento e com o apagamento histórico de uma escritora pioneira, que escreveu um livro diferente dos demais, que abordavam a temática da escravidão, Úrsula (1859), um romance, cujos personagens principais eram brancos e a narrativa girava em torno de um triangulo amoroso, ela conseguiu espaço para dar vez e voz aos personagens negros humilhados, que sofriam com as mazelas do sistema escravocrata onde a liberdade estava além de comprar a carta de alforria, numa sociedade onde homens e mulheres negros não tinham muita opção de darem sentido a suas vidas sem dependerem do amparo de outra pessoa e tornar autores de sua própria história, estavam marcados, mesmo que livres continuavam aprisionados, para onde quer que fossem, a sombra da escravidão e do sistema escravocrata os acompanhavam, faltavam-lhes condições dignas de sobrevivência e em muitos casos a subserviência se perpetuava, por falta de escolha, era muito difícil recomeçar uma nova vida, depois de conseguir a carta de

alforria, a tão sonhada liberdade era uma incógnita. O que aconteceu com o personagem Túlio, mesmo depois de alforriado, passou a servir Tancredo, o mesmo que comprou sua carta de alforria e teve sua liberdade questionada por mãe Susana.

Isso significa que Maria Firmina e suas obras têm seus méritos e que apesar da historiografia e muitos membros da academia ignorá-las, apesar do silenciamento e do apagamento histórico, tudo caminha para o patamar da visibilidade, embora a escola que é uma instituição de peso também as ignore, há repúdio. Vale lembrar o quanto a escola está estagnada, já que no ano de 2022 comemorou-se 200 anos da primeira romancista afro-brasileira, não se teve notícia de nenhuma homenagem realizada nesse espaço.

As personagens e narrativas memoráveis de Maria Firmina têm inspirado coletivos de leitura, professoras e autoras contemporâneas com sua linguagem, imagens e abordagens de um Brasil real e ficcional que atravessa duzentos anos de uma independência controversa", diz o texto da curadoria da Flip enviado à imprensa. Publicidade Relacionadas Maria Firmina dos Reis publicou o primeiro romance abolicionista em português. Como começar a ler livros clássicos Clara Beatriz tem 13 anos e criou projeto para incentivar a leitura. Mas quem foi Maria Firmina dos Reis? (SOUZA 2021, s/p)

As obras de Maria Firmina dos Reis são exemplos de denúncias. No livro *Úrsula*, além de inovar dando voz e voz aos personagens escravizados, seu romance é de uma potência irreparável ao deixar escancarada a crueldade da escravidão e do sistema escravocrata. No Conto *A Escrava* onde a perversidade de um senhor de escravo vai além da ferocidade animalesca, o leitor depara com as injustiças sofridas pelos escravos, que trabalhavam duro e guardavam cada centavo para comprar a alforria e no final eram ludibriados pelos coronéis e levavam os escravizados a loucura a e morte (REIS, 2017).

Ao mesmo tempo que a visibilidade de Maria Firmina dos Reis é algo notório e indiscutível, pois sempre haverá iniciativas, movimentos sociais, professores e pesquisadores promovendo , eventos, projetos e trabalhos em prol da notoriedade da autora, no entanto, há um longo caminho a percorrer, tudo indica que a visibilidade não é uma utopia e nem algo que está longe de acontecer, homenagens estão acontecendo, livros sobre a vida e a obra da autora sendo escritos e editados, reportagens sendo publicados, artigos, dissertações e teses com os mais variados temas vêm sendo escritos. Trata-se de um momento promissor e favorável. Mas existem alguns fatores negativos, como o silenciamento no espaço escolar e a exclusão do cânone literário, os autores homens e sua maioria brancos ainda ocupam o topo das listas nas indicações bibliográficas de alguns processos seletivos, nos quais a literatura é exigida.

Nos últimos anos, Maria Firmina dos Reis ganhou o estatuto de primeira mulher negra a publicar um romance antiescravista no Brasil. Assim não precisamos tratá-la como uma escritora desconhecida, embora excepcional. Esse lugar de prestígio que a escritora ocupa é mais do que merecido, ele foi construído, a princípio pela obra dela e, com efeito pela fortuna crítica dos estudiosos. É importante também que não nos esqueçamos da força dos feminismos negros, os quais ajudaram a obra de Maria Firmina a sair do esquecimento e ocupar o lugar que lhe é dado (SILVA e DORNELLES, 2022, p.137).

Isso nos leva a refletir o quanto os movimentos foram e são importantes para dar visibilidade a Maria Firmina dos Reis e outras autoras que se encontram em situação de invisibilidade, que é fundamental para pôr um fim na desigualdade que está explícita em obras de mulheres negras, tem suas motivações, como a falta de mulheres negras na academia, se elas não estão lá, a publicação de trabalhos sobre as autoras negras será mais escassa. As reivindicações feministas contribuirão para a produção de pesquisa voltadas para resgatar as obras dessas mulheres, que foram excelentes escritoras, muitas delas desbravadoras, mas que caíram no esquecimento, estão no anonimato, e se não houver estudos que contemplam essa problemática, essa situação se perpetuará, a presença de mulheres negras na academia ainda é pequena, é possível constatar que as mulheres afrodescendentes também sofrem com o processo de marginalização e de exclusão que não são de agora, em seu livro *Por um feminismo afro latino americano* de Lélia Gonzalez (2020), essa questão é tratada com proeza. Só muito recentemente, que a obra de Maria Firmina tem sido estudada em teses, dissertações e reeditada.

No entanto, em função dos movimentos negros brasileiros e dos movimentos da academia, a autora vem ganhando notoriedade em diversos contextos educacionais, como vestibulares, provas de concursos públicos, sendo também leitura obrigatória para diversos processos seletivos, como Exame Nacional do Ensino (ENEM) e vestibulares de universidades prestigiadas como Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Brasília (UNB) Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Conforme as palavras de Job (2011), fica evidente que a literatura produzida por essas mulheres que estão esquecidas e tem suas obras ignoradas é fundamental para entendermos a sociedade brasileira através de uma releitura de seus trabalhos, isso é muito importante para enxergarmos a realidade tal como ela é, pelo viés crítico e até mesmo entender o motivo pelo qual algumas situações não mudam e permanecem enraizadas e internalizadas no imaginário social, também não são atuais, e sim seculares, a exemplo da situação da população negra, que vive em estado de penúria. Sem as pesquisas voltadas para o resgate histórico dessas autoras, não conseguiremos lidar com essa construção histórica de apagamento e de invisibilidade das escritoras negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Maria Firmina dos Reis foi silenciada durante algum tempo, porque ficou fora do cânone da literatura brasileira, também na época em que foi publicado não teve tanta repercussão. Aos poucos esse silenciamento e o apagamento histórico vem sendo eliminados, em função das lutas dos movimentos negros e da academia, já que a autora desde 2017 passou ser lida, conhecida e comentada. A obra de Maria Firmina não interessava aos poderosos da época em que foi escrita por abordar a questão abolicionista e as injustiças provadas pela escravidão. E no século XIX, a escravidão ainda imperava no Brasil, a população negra era escravizada e o livro não iria despertar interesse aos senhores patriarcas por causa da temática abolicionista. A través da obra literária a autora teve uma atitude política de denuncia das injustiças vividas na sociedade patriarcal brasileira do século XIX, num período onde o negro não era considerado ser humano. Os senhores de escravos tinham total poder sobre homens e mulheres negros que eram muito maltratados. E o que sobrou disso tudo. Discriminação, preconceito arraigados e internalizados no imaginário social brasileiro. Os negros e negras da atualidade lutam para sobreviver ás condições precárias as quais foram submetidos devido o histórico de seus antepassados. De acordos com diversas pesquisas levam desvantagem em relação a brancos em diversos setores, como acesso a moradia, educação de qualidade, saúde, lazer entre outros, os homens prestos e pardos estão mais suscetíveis a violência de todos os tipos. No século XIX, quando as condições dos negros e negras eram mais degradantes, Maria Firmina dos Reis conseguiu dar voz e vez aos personagens escravizados para denunciar os males provocados pela escravidão e sobretudo a tirania dos senhores patriarcas. E abriu caminho para que outros autores e autores dessem continuidade, pois anteriormente e até mesmo de Reis lançar o livro Úrsula e o conto Escrava, os proprietários de escravos eram tratados como mocinhos e os escravos como vilões, indolentes e boçais.

A discriminação e o preconceito racial atingem a população negra, deixando-a no mais baixo patamar de pobreza, porque desde a sociedade escravocrata a concentração de renda continua nas mãos da elite branca e dominante. Não há no país nenhuma política de distribuição de renda. E as mulheres são as mais atingidas, por causa das desigualdades sociais. Na sua grande maioria são chefes de família, sustentam os filhos sozinha, pois os maridos as abandonaram, ou foram mortos pela polícia, ou estão presos, viciados em drogas em álcool.

Em nossa sociedade ainda predomina o racismo estrutural, que está impregnado em diversas instituições, também que é uma marca do período da escravidão, que tanto prejudica a vida de negros e pardos, difícil de combatê-lo, pois está impregnado no Imaginário social das

pessoas. Descontruir algo que foi construído e sedimentado a mais de trezentos anos na sociedade brasileira não é tarefa simples, mas a leitura de obras de Maria Firmina dos Reis, que foi escrita no século XIX pode trazer novas percepções, maneiras de enxergar o mundo e de ver o outro, pois possibilita um olhar mais aguçado da sociedade e do contexto.

Foi por meio de uma simples nota em um jornal que maranhenses conheceram a primeira escritora abolicionista do brasil. Fez de seu romance *Úrsula* um feito impensável, usou como um meio de crítica da escravidão, feito impensável para época. Teve uma vida bem ativa e longeva, escreveu romances, contos, musicais, novelas, cordel.

Devido ao silenciamento e a inviabilidade que pairaram sobre de Maria Firmina dos Reis, torna-se necessário refletir sobre a importância de se levar Maria Firmina dos Reis para a Sala de aula da Educação Básica, no sentido de resgatá-la e suas obras, para que os alunos e as alunas as conheçam. Porém existe muitos desafios. Um deles, é como fazer com alunos e alunas vivendo em pleno em século XXI, desenvolva o gosto para uma obra produzida no século XIX?

Aí que entra o papel do professor pesquisador, estimulador, preocupado com a cultura dos seus alunos e com a diversidade Cultural que há na sala de aula e no interior da maioria das escolas para isso, o educador ou a educadora tem que ser um estudioso de sua prática, serem leitores proficientes.

Todas e todos sabem que ser professor e professora é desafiador, principalmente vivendo num mundo dominado pelas novas tecnologias da comunicação e da informação, onde os interesses dos alunos e das alunas são outros. Através de uma breve pesquisa, encontrei alguns materiais didáticos pedagógicos na internet que pode muito auxiliar o professor na de aula. Mesmo podendo ser adaptados, é interessante que o professor e a professora produzam seu próprio material, pois ninguém melhor conhece seus alunos do que eles.

Apesar do silenciamento e da invisibilidade Maria Firmina dos Reis vem ganhando projeção, ela foi a grande homenageada da Feira Literária de Parati (FLIP) e foi notícia nos principais portais de notícias. São diversas atividades que podem ser elaboradas, leitura por capítulo o livro *Úrsula*, do conto a escrava, sequencia didática, projeto, reescrita do texto, etc.

REFERÊNCIAS

- ADCHIE, Chimamanda Ngozi- **O perigo de uma única História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADLER. Dilercy Aragão. A mulher Maria Firmina dos Reis: Uma maranhense. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; pólen, 2019.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo – 1888-1988**. Bauru: EDUSP, 1998.
- ARENKT, Hannah. A condição humana. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BASTIDE, Roger; FLORESTAN, Fernandes. **Brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.
- BAILEY. Cristina Ferreira Pinto - A escrava/ de Maria Firmina dos Reis. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- BENEDITO, Deise. **As mulheres negras no dia 14 de maio de 1888**. Disponível em: www.maivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8598&cod_canal=71. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**, Brasília, 2006.
- BRASIL. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Instituto de Geografia e Estatística. (IBGE), 2018.
- BRUEL, Ana Lorena. **Desigualdades Educacionais sob perspectiva da aquisição da Língua Portuguesa: o que dizem os dados sobre a avaliações externas?** (2021). Disponível em:

- <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossaspublicacoes/revista/artigos/3004/desigualdades-educacionais-sob-a-perspectiva-de-aquisicao-da-linguaportuguesao-que-dizem-os-dados-das-avaliacoes-externas>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamaron S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flamaron S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.133-154.
- COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. Das Senzalas às Favelas: Por onde vive a População negra brasileira. **Revista Socializando**. 3(1): 145-154, 2016.
- CUNHA, Jaqueline Rosa da. **Incentivo à formação do leitor**. (2014). Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Jaqueline-Rosa-da-Cunha.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CUNHA, M. I. Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: MOROSINI, Marília Costa (org.) **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: INEP, 2008. p. 45-51.
- DANTAS, Carolina Vianna. **O negro na História do Brasil**. Educação e relações raciais. Organizadores OLIVEIRA Iolanda de e PESSANHA, Marcia Maria de Jesus. Volume 1. CEAD/UFF. 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 12(23): 100-122, 2017.
- DUARTE, Eduardo de Assis (coordenação). Literatura Afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- DUARTE. Eduardo de Assis. Úrsula e as desconstruções da razão negra ocidental. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes**: Sociologia crítica e militante. São Paulo: expressão Popular, 2004.
- FILHO, Márcio de Castro Silva. **O negacionismo da ciência compromete o futuro do Brasil**. (2020). Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-negacionismo-da-ciencia-compromete-o-futuro-do-brasil/>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Cortez, 2019.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo, Cortez, 2021.
- FURTADO. Lucciane M. **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. Livro 1. São Paulo. Editora Uirapuru, 2017.
- GASPAR, Heloísa. **História da Flip. Festa Literária Internacional de Paraty**. Disponível em: <https://paraty.com.br/blog/historia-da-flip-festa-literaria-internacional-de-paraty/>
- GONZALES, Lélia. Racismo, sexismo na cultura brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 3(1): 223-244, 1998.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão, 2016.
- HANCHARD, Michel Jorge. **Orfeu e o poder**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- IANNI, Octávio. Dialética das relações Raciais. **Estudos Avançados**, 18(50), 2004.
- JOB, Sandra Maria. **Em texto e no contexto social**: mulher e literatura afro-brasileiras. 2011. 146 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **Abdias Nascimento** – Grandes vultos que horaram o Senado. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 18-19.
- LIMA, Heloísa Pires. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 101-116.
- LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. In: MUNANGA Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 185-204.
- MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos negros na contemporaneidade. In: **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Org. Epitácio Macário, et al. Fortaleza: UECE, 2018.
- MARRA, Laísa. A construção do sujeito negro no conto a escrava, de Maria Firmina dos Reis. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- MICHALISZYN. Mario Sérgio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaber, 2014.

- MIRANDA. Fernanda Rodrigues de. Maria Firmina dos Reis em diálogo com romancistas negras brasileiras. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- MONTEIRO, Maria do Socorro de Assis. **O subterrâneo intimismo de Úrsula**: Uma análise do romance de Maria Firmina dos Reis. São Paulo: Letrônica, 2019.
- MONTELLO. Josué. A primeira romancista brasileira. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUZART. Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo. 18(50): 209-224, 2004.
- OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CUNHA, Ana Paula da; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros de; CORRÊA, Roseane Maria. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, 36(9), 1-10, 2020.
- PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.
- PEREIRA, Amauri Mendes; ARAÚJO, Amilcar. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo brasileiro (1970 a 2005). Rio de Janeiro: UFF, 2010.
- PEREIRA, Amauri Mendes. **Escola** – espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra (2016). Disponível em:
http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
- PEREIRA, Neuton Damásio. **A Trajetória Histórica dos Negros Brasileiros**: da Escravidão à Aplicação da Lei 10.639 no Espaço Escolar. Pós-Graduação em Educação para as Relações Étnico-raciais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- PRADO, Maria Emília. **Memória das desigualdades**: os impasses das cidadanias no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- ROCHA, Lara; SOARES, Esdras. **A literatura, os jovens e a escola**: os caminhos para a leitura literária e a formação de leitores. (2017). Disponível em :

<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossaspublicacoes/revista/artigos/artigo/2817/a-literatura-os-jovens-e-a-escola-caminhos-para-a-leitura-literaria-e-a-formacao-de-leitores>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SANTOS, Natália Neris da Silva. Ideologia do branqueamento, ideologia da democracia racial e as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro. **Revista Urutáguia** – Maringá (PR), 19(2): 97-113, –2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil não é só herança da escravidão**. (2018). <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/racismo-no-brasil-nao-e-so-heranca-da-escravidao-diz-antropologa.shtml>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SEYFERTH, Giralda. O benefício da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: SEYFERTH, Giralda e outros. **Racismo no Brasil**. São Paulo, ABONG, 2002. p. 31-32.

SILVA, Larissa Maria do Nascimento. **Desigualdade Racial no Brasil**: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira. TCC para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SOUZA, Heloísa de. **Discutindo o Racismo**: Disponível em:

www.brasildefatopb.com.br/2021/06/02/revista-em-quadrinho-ursula-e-lancada-pelo-campus-sousa-do-ifpb

TELLES, Norma. Uma maranhense. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.

VASCONCLEOS, Vânia. Em busca de um ninho perdido: o tema da maternidade roubada. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.

XAVIER, Maria Luiza M. Planejamento: globalização, interdisciplinaridade e integração curricular. In: DALLA ZEN, Maria Isabel H.; XAVER. Maria Luiza M. (Orgs.).

Planejamento em destaque: analyses menos convencional. Porto Alegre: mediação, 2011.

ZIN. Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto A escrava: Consolidando uma literatura abolicionista. IN: DUARTE, Constância Lima. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: MALÊ, 2018.

Walter porto <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/09/quem-e-maria-firmina-dos-reis-primeira-escritora-negra-homenageada-na-flip.shtml>.